

Mudanças e Continuidades na Pólitca Externa Brasileira no Governo Dilma: Uma Análise da Relação Bilateral Brasil-Argentina.

Changes and Contnues in Brazilin Foreign Policy in the Dilma Government: And An analysis of the Brazil-Argentina Relationship Bilateral.

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i2.2928>

Michelle Ferreira de Andrade

Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Email: michelle95andrade@hotmail.com



Recebido em: 05/12/2019 – Aceito em 31/12/2019

Resumo: Este estudo busca analisar a condução da política externa para a relação bilateral com a Argentina durante o governo Dilma (2011-2016), tendo como ponto de partida o governo Lula (2003-2010), com a finalidade de identificar fatores que causaram mudanças nessa ação política. Para isso foi usado o modelo de análise de política externa desenvolvido por Charles F. Hermann como base para identificar as fontes e os graus das mudanças. Utiliza-se também um levantamento bibliográfico e documental para fundamentar a discussão acerca do tema. A análise evidencia uma menor intensidade na política externa do governo Dilma, as mudanças foram causadas por uma soma de choques internos e externos que impactaram e influenciaram diretamente as decisões de políticas externas.

Palavras-chave: Política externa, Brasil, Argentina, Lula, Dilma, Relação Bilateral.

Abstract: This study aims to analyze the conduct of foreign policy for the bilateral relationship with Argentina during the Dilma government (2011-2016), based on Lula government (2003-2010), with the purpose of identifying factors that caused changes in this political action. For this, the model of foreign policy analysis developed by Charles F. Hermann was used as the basis for identifying the sources and degrees of change. A bibliographical and documentary survey is also used to support the discussion about the topic. The analysis shows a lower intensity in the Dilma government's foreign policy, the changes were caused by a set of internal and external shocks that directly impacted and influenced the decisions of foreign policy.

Keywords: Foreign Policy, Brazil, Argentina, Lula, Dilma, Bilateral Relationship.

Introdução

Este trabalho está enquadrado na temática de Política Externa (PE), que é definida como “um conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional” (PINHEIRO, 2004, p. 7).

A pesquisa irá realizar uma análise comparativa entre a condução da Política Externa Brasileira (PEB) dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff no âmbito de inserção internacional, em sua relação bilateral com a Argentina, ressaltando as mudanças na condução da política externa, contexto in-

ternacional e doméstico no processo de tomada de decisão. Segundo Hermann (1990) a política externa começa com um problema, seja uma ameaça ou oportunidade, que motiva a preocupação, uma decisão é considerada como PE quando busca a satisfazer interesses domésticos no espaço internacional, dito isso, toda PE é sempre uma decisão que o Estado, partindo do princípio que ele seja racional, sempre buscará satisfazer um interesse próprio. Segundo Morgenthau (2003) nem todas as políticas externas seguiram sempre um caminho tão racional, há elementos eventuais de personalidade, preconceitos e preferências subjetivas que tendem a desviar a execução das políticas externas de seu curso racional, isso particularmente nos casos em que a PE é conduzida sob as condições de controle democrático, a necessidade de conquistar emoções populares.

Mariano (2015) afirma que a Política Externa Brasileira tem apresentado dois objetivos gerais em sua evolução, sendo eles, a busca de autonomia e desenvolvimento. Podendo ser considerada mais como uma política de Estado do que de governo, não existindo grandes rupturas de governo para governo. Segundo Dantas

[...] a continuidade é requisito indispensável a toda política exterior, pois se em relação aos problemas administrativos do país são menores os inconvenientes resultantes da rápida liquidação de uma experiência ou da mudança de um rumo adotado, em relação à política exterior é essencial que a projeção da conduta do Estado no seio da sociedade internacional revele um alto grau de estabilidade e assegure crédito aos compromissos assumidos (DANTAS, 2011, p.11).

Com isso em mente, este trabalho estabelece a seguinte problematização: Quais as mudanças que ocorrem na condução política externa de Dilma Rousseff em comparação ao governo Lula da Silva na relação bilateral com a Argentina? A questão origina-se do objetivo principal deste estudo, que consiste em analisar a conduta da PEB com relação à Argentina dos governos Lula e Dilma, embora a pesquisa não se limita a apenas a relação bilateral, devido à necessidade de contextualização do tema. O trabalho terá como objetivos específicos: (i) apresentar os principais pontos da PEB no Governo Lula (2003-2010); (ii) apresentar e comparar os pontos trabalhados no governo Lula na PEB do governo Dilma (2011-2016), buscando identificar alguma característica na condução da política externa e por fim (iii) analisar o esforço de ambos os governos na Relação Bilateral com a Argentina, com finalidade de solucionar a problematização dessa pesquisa.

Para isso, o trabalho será dividido em quatro seções. A partir dessa introdução, a segunda seção apresentará duas subseções, a primeira terá uma abordagem histórica para apresentar a PEB durante o Governo Lula com enfoque em linhas gerais e mais pontuais, na segunda subseção será apresentado a PEB do governo Dilma, o qual já apresentará uma breve análise comparativa tendo em base o governo Lula. Na terceira seção será feito uma análise comparativa da PEB frente a relação Brasil-Argentina, em ambos governos, abordando as continuidades, com o propósito de identificar as fontes e os graus que colaboraram para as mudanças na condução política externa no governo Dilma no âmbito bilateral, terá como base a obra de Charles F. Hermann “*Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy*”. E por fim, na última seção será exposto as considerações finais da pesquisa.

Hermann estabelece níveis graduais de mudança (agentes primários): (1) pequenos ajustes que são as mudanças ocorrem no nível de esforço em que os objetivos permanecem inalterados, o que muda é a intensificação ou a diminuição do empenho; (2) alterações de programa; em que os objetivos são

mantidos, mas perseguidos através de outros métodos e estratégias; (3) redefinição de objetivos/problemas consiste na alteração ou abandono do problema ou objetivo inicial ao qual a política externa se destina; (4) reorientação internacional que envolve o redirecionamento total da orientação, sendo este a mudança mais extrema. (HERMANN, 1990, p.5).

As mudanças em política externa possuem quatro fontes (causas): (a) líder, resulta dos esforços determinados de um formulador de políticas, que passaria a impor sua própria visão à política externa; (b) burocracia, que diria respeito às pressões realizadas por grupos dentro do governo, interessados em uma determinada mudança na política externa; (c) reestruturação doméstica que ocorreria quando os grupos que sustentam o governo mudassem as suas opiniões em relação a determinado assunto ou mesmo sua composição e (d) choques externos que se resultam de eventos internacionais que afetam a PE do Estado. (HERMANN, 1990, p.11-12).

Contudo, para que se desenvolvam esses objetivos, a metodologia escolhida para a pesquisa possui caráter exploratória, com levantamento bibliográfico, documental e um estudo de caso como fundamentação da análise da PEB de ambos governos e a relação bilateral Brasil-Argentina. Contará também com o uso de argumentos da Análise da Política Externa (APE) subcampo de estudos da disciplina das Relações Internacionais (RI).

A Política Externa Brasileira (PEB)

Governo Lula

O governo Lula correspondeu ao período entre 2003 e 2010, durante essa fase a política externa brasileira foi marcada pela busca pela ampliação de parceiros comerciais, integração regional, consolidação de alianças estratégicas voltadas para a América do Sul, foi intensamente presidencial, com ativa agenda de compromissos com ênfase na integração da América do Sul e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Amorim (2003) considerou essencial aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais diversos planos, uma vez que se demonstrou eficaz para o crescimento da credibilidade internacional. Em discurso de posse, Lula (2003) afirma que a grande prioridade da política externa durante seu governo seria a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Nesse período, acontece uma maior aproximação e fortalecimento da relação bilateral com a Argentina, que já vinha se consolidando desde a criação do MERCOSUL, sendo atualmente os principais parceiros políticos e econômicos da América Latina.

Além disso, a PEB do governo Lula retoma muitos dos fundamentos da PEI introduzida durante o Governo Jânio Quadros. Ocorreram grandes esforços diplomáticos na projeção brasileira, o que segundo Vizentini (2009) desencadeia a busca pela autonomia do país e por uma inserção internacional múltipla, em que o governo tenta garantir uma ação que fosse mais consistente e menos retórica que a do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Para isso, o Ministério das Relações Exteriores dispôs do quadro: Celso Amorim para o cargo de Ministro das Relações Exteriores e Samuel Pinheiro Guimarães para o cargo de secretário-geral das Relações Exteriores.

Destacam-se ainda a busca pelo reconhecimento do Brasil como potência, a projeção internacional, alianças estratégicas, desenvolvimento nacional e da autonomia no sistema internacional. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), a PEB do governo Lula segue a ideia da perspectiva da *autonomia pela diversificação*, buscando a diversificação de parceiros e inserção do país no cenário mundial com a aproximação com a Ásia, África e o Oriente Médio, portanto, sem negligenciar as relações com os Estados

Unidos (EUA) e a União Europeia (UE), de modo a se fortalecer internacionalmente. Vigevani e Cepaluni (2007) explicam que a diversificação não significa apenas a busca de alternativas nas relações com outros Estados, mas também implica capacidade de intervenção em questões que não dizem respeito a interesses imediatos, significa intervir em questões que se referem a bens públicos internacionalmente reconhecidos. Contudo,

no plano da diplomacia econômica multilateral, as orientações foram: a revitalização e ampliação do Mercosul; a intensificação da cooperação com a América do Sul e com os países africanos; “relações maduras” com os Estados Unidos; importância das relações bilaterais com potências regionais como China, Índia, Rússia e África do Sul; ampliação do número de membros permanentes no Conselho das Nações Unidas; participação nos principais exercícios multilaterais, assim como na conformação das novas regras que regeram as relações econômicas com vistas à defesa dos interesses dos países em desenvolvimento (LIMA, 2005).

A ação diplomática do Governo Lula conforme Amorim (2004) é concebida como instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do país, mas possui também uma dimensão humanista, que se projeta na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento. Vidigal (2010) afirma que a cordialidade da diplomacia brasileira, além da maior abrangência, é reconhecida como importante fonte de poder e aplicado de forma sistemática em suas negociações internacionais. Almeida (2004) aponta como característica do diálogo da diplomacia a busca para exercer uma liderança regional e internacional para mudar substantivamente e trazer justiça ao mundo, bem como implantar uma “nova geografia comercial”¹.

O Brasil, segundo Amorim (2010), financiou um plano de reciclagem de resíduos sólidos em Porto Príncipe, que criou empregos e foi considerado um modelo de cooperação Sul-Sul pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do qual obteve dois prêmios especiais, incluindo um no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Já no plano regional, o presidente Lula desempenhou um papel de liderança na criação do Grupo de países amigos da Venezuela em 2003, com o intuito de ajudar a Organização dos Estados Americanos (OEA) a encontrar uma solução para a situação crítica da Venezuela, que estava em greve geral (AMORIM, 2010).

A estratégia de inserção internacional adotada por Lula, conforme Vigevani e Cepaluni (2007), apresenta uma postura assertiva em torno da defesa da soberania e dos interesses nacionais, buscando alianças privilegiadas no Sul. Almeida (2004) afirma que o governo foi marcado pela busca de alianças privilegiadas no Sul, com ênfase especial nos processos de integração da América do Sul e do MERCOSUL. Fazer parte e promover blocos como o MERCOSUL e BRIC demonstra o interesse pelo multilateralismo da política externa, com que tem o intuito de projetar o país internacionalmente. Segundo Oliveira (2005), a diplomacia do governo Lula passou a considerar o multilateralismo como um movimento amplo de desconcentração e de novas regulamentações do poder no sistema internacional, de modo que fossem mais favoráveis aos países em desenvolvimento.

[...] países em desenvolvimento e desenvolvidos passaram a ser vistos como parceiros comerciais importantes. Em segundo lugar, preocupações com o

¹Expressão empregada pelo presidente Lula por ocasião da criação do G-20, o governo brasileiro não apenas destacou positivamente o movimento da política externa, em coordenação com outros países do Sul, na direção do exercício de um metapoder nas questões multilaterais de comércio, como sinalizou a novidade da cooperação Sul-Sul no contexto da globalização dos mercados e do pós-Guerra Fria. (LIMA, 2005)

desempenho das exportações começam a surgir, em vista da necessidade de envolver a política externa como um instrumento da política econômica e da superação das dificuldades relacionadas ao emprego e ao crescimento econômico nacional (PAULA, LUCHT e DAGOSTINI, 2006, p.109).

Durante os dois mandatos, o governo empenhou-se para alcançar uma maior percepção no exterior na busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), e também na participação em fóruns regionais e reuniões multilaterais como a União de Nações Sul-americanas (UNASUL), Organização Mundial do Comércio (OMC), Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), Cúpula América do Sul-África (ASA), Cúpula Brasil-União Europeia, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), cúpula Brasil-Caricom, o grupo Brasil-África do Sul-Índia e China (BASIC), Acordo de Teerã e o Comando da MINUSTAH. Conforme Saraiva (2013) a diplomacia brasileira acirrou os esforços de projeção do país como *player global* buscando um multilateralismo universalista e sempre os orientando para uma revisão das instituições internacionais.

Goulart (2014) afirma que a atuação do governo foi marcada pelo pragmatismo ao almejar a ampliação de parceiros comerciais e consolidação de alianças estratégicas, priorizando os países periféricos. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), muitas das iniciativas do governo Lula se situam na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes. Em 2003, o Brasil liderou a formação do G-20 e diversos acordos internacionais foram assinados nesse período. Em 2006 foi realizada a Cúpula Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), na qual foram assinados acordos e memorandos com objetivo de apoiar atividades que contribuam para o desenvolvimento científico e tecnológico dos três Estados membros, mediante a geração e a apropriação de conhecimento e a elevação da capacidade tecnológica (CNPQ, 2017). Desde a crise econômica internacional de 2008, o Brasil e a China mantiveram consultas frequentes com o objetivo de mitigar os efeitos negativos, em 2010, os dois países assinaram o Plano de Ação Conjunta entre o Brasil e a China 2010-2014, com objetivo de fortalecer a orientação estratégica para o desenvolvimento da Parceria Estratégica bilateral em áreas relevantes, e em 2012, as relações foram elevadas ao nível de “Parceria Estratégica Global”, se tornando, então, o principal parceiro comercial do Brasil (BARBOSA, 2012).

Entretanto, segundo Mapa (2011), as críticas direcionadas à PEB de Lula surgidas se deram no sentido de demonstrar que a proposta diplomática envolta por uma ideologia partidária cometia um erro de cálculo estratégico ao valorizar mais as relações com países periféricos do que com os pertencentes ao centro da “estrutura hegemônica”. Portanto cabe ressaltar que, apesar de priorizar os países periféricos, não houve desinteresse nas relações já existentes com Estados Unidos e a União Europeia. Como apresenta Almeida (2004), o governo Lula reconheceu que a relação com os EUA era importante, mas não a considerou essencial para o atingir os objetivos diplomáticos brasileiros; já com a UE ocorre reconhecimento de um parceiro importante como “alianças estratégicas”, podendo ainda beneficiar o MERCOSUL a partir de um Acordo de Associação MERCOSUL-UE. Em 2007 foi assinado um acordo entre a UE e o Brasil, com intuito de reforçar o multilateralismo e a busca de ações conjuntas sobre direitos humanos, pobreza, questões ambientais, energia, estabilidade latino-americana (SARAIVA, 2017, p.30)

A relação brasileira com os Estados Unidos a partir de 2003 segundo Vigevani e Cepaluni (2007)

foi de não-exclusividade, os EUA continuaram sendo o mais poderoso do mundo contemporâneo, mas o governo buscou fortalecer essa relação na perspectiva de enfraquecer o unilateralismo. Silva (2011) afirma que o Brasil tinha um projeto próprio de inserção internacional, e esse projeto requeria um espaço de atuação mais amplo do que ser representante dos interesses dos Estados Unidos na América Latina. Por fim, as críticas se deram pela mudança de rumo da PEB que assumiu uma posição mais agressiva de afirmação sul-americana e internacional dos interesses e da liderança brasileira, afim de projetar a imagem do Brasil no sistema internacional e na prioridade que foi dada à integração sul-americana e às relações mais próximas com alguns países da África e da Ásia, em particular, China, Índia e África do Sul (FIORI, 2009, p. 40). Entretanto, Lima (2005) afirma que na perspectiva do governo, essa cooperação Sul-Sul não substitui o relacionamento com os EUA e a União Europeia. Conforme Saraiva (2010) os esforços da PEB com os países emergentes de outras regiões do mundo se concentrou na troca de tecnologia e ações conjuntas em fóruns multilaterais, já na América Latina a prioridade foi a cooperação técnica e financeira, bilateralismo e não-indiferença. Portanto, a administração de Lula propôs colocar o Brasil entre os novos poderes mundiais, aumentando as condições para erradicação da pobreza (MEZA, 2010).

No âmbito regional o governo Lula, por sua vez, demonstrou arrojo para a integração regional com uma série de acordos para o desenvolvimento. Saraiva (2010) afirma que para o Brasil a integração com seus vizinhos foi vista como a rota mais segura para ganhar posição internacional ao mesmo tempo em que ajuda o Brasil a perceber seu potencial. Em 2004, ocorre a III Cúpula de Presidentes da América do Sul, que culmina na Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), com objetivo de desenvolver um espaço sul-americano integrado no político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura que fortaleça a identidade própria. Segundo Saraiva (2010) a agenda da CASA incluiu o diálogo político, a integração física, o meio ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros sul-americanos, a promoção da coesão social, a inclusão social e a justiça social. Em 2004 foi assinado o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre o Brasil e o Suriname, que consiste na concessão brasileira de quota anual de 10 mil toneladas de arroz provenientes do Suriname, livre de gravames aplicados à importação (MDIC, 2017).

A promoção da integração com os países vizinhos e aproximação dos interesses regionais comuns fizeram parte ativa da agenda do governo para uma liderança regional. Amorim (2011) ressaltou que o governo deu um passo da maior importância para fazer da América do Sul uma área de livre comércio. Em 2008 a CASA foi substituída pela UNASUL, passando a ter uma abordagem mais a favor da cooperação do que da integração tradicional, tornou-se cada vez mais consistente e respondendo as situações de crises no continente. O governo Lula preocupou-se constantemente com o futuro da UNASUL, uma vez que a organização se tornou seu principal meio de ação multilateral, sendo estritamente intergovernamental com um quadro institucional limitado, o que garante ao Brasil um nível maior de autonomia dos demais membros da UNASUL e suas relações com países fora da região (SARAIVA, 2010).

Os Estados Unidos segundo Silva (2011) passaram, diante da ascensão do Brasil no cenário internacional, a considerar o país como um importante interlocutor na política externa para a América do Sul e o contexto pós crise econômica mundial de 2008 colaborou para a consolidação do Sul na agenda prioritária brasileira (RAMANZINI; MARIANO; ALMEIDA, 2015, p.39). Uma vez que o governo conseguiu fornecer uma resposta doméstica para reduzir os efeitos negativos da referida crise por meio de incentivo governamental que ampliou os gastos e os investimentos públicos, facilitou o acesso ao crédito, além de conceder isenção de alguns impostos (RAMANZINI; MARIANO; ALMEIDA, 2017,

p.47). Em 2009 o Brasil fez parte do Banco do Sul (BDS), composto por Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela, cujo objetivo segundo Barros (2016) foi cobrir a lacuna dos instrumentos existentes e utilizar a poupança local no fomento do desenvolvimento e integração regional. Participou também de acordos comerciais com a Argentina, Equador, Peru, Venezuela e Colômbia.

Almeida (2004) afirma que Lula diversas vezes ressaltou a relevância estratégica do MERCOSUL como fator de união política da América do Sul e fortaleza defensiva contra a hegemonia americana, além de ser moeda de barganha na negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Destaca ainda a importância do MERCOSUL e a necessidade de “revigorar o MERCOSUL, transformando-o em uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p. 6).

Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social. O Brasil atuará, sem inibições, nos vários foros internacionais, regionais e globais. Incentivaremos a promoção universal dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação. Lutaremos para viabilizar o desenvolvimento sustentável e para eliminar a pobreza (AMORIM, 2003, p. 57-58).

Com isso, é enfatizada a necessidade de reestruturação, fortalecimento e a ampliação do MERCOSUL. O presidente Lula juntamente com o presidente da Argentina Néstor Kirchner propôs em 2003 o relançamento do bloco sob novas bases, buscando incrementar seus objetivos econômicos e conferir maior componente político e social (RUIZ, 2007 *apud* NETO, 2015, p.216). A ampliação do MERCOSUL ocorre com o Peru (2003), Colômbia e Equador (2004) como Estados associados. Conforme Mapa (2011) a busca da integração sul americana a partir do fortalecimento do MERCOSUL apresenta uma percepção de que a política externa é um elemento integrante do projeto de desenvolvimento nacional. Em 2004 entrou em vigor o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), em 2005 foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM) com o objetivo de “financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas e apoiar o funcionamento da estrutura” (FOCEM, 2017). Em 2006 foi constituído o órgão Parlamento do bloco (PARLASUL), com objetivo de fortalecer os processos de integração atuando em diferentes temáticas (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2017).

Segundo Pecequillo (2008), o eixo horizontal é representado pelas parcerias com as nações emergentes, por suas semelhanças como grandes Estados periféricos e países em desenvolvimento, representando uma dimensão terceiro-mundista da PE, que também é definida como relações Sul-Sul, em que os benefícios potenciais deste eixo são econômicos, estratégicos e políticos. De fato, durante o governo Lula a cooperação Sul-Sul e MERCOSUL expandiram para além da agenda econômica com acordos e trocas comerciais, para temas políticos, sociais, ambientais e de infraestrutura, dado que as mudanças de rumo pela PEB recuperou sua agenda temas como o diálogo para a adoção de posições comuns na política internacional e incluindo a criação de mecanismos para a redução das assimetrias e o aumento da cooperação para o desenvolvimento entre os integrantes do bloco (NETO, 2015, p.216-217). “O grau de cooperação do MERCOSUL entre os diferentes ministérios que trabalham nos do-

mínios da educação, da cultura, da energia e do trabalho em ambos os lados da fronteira cresceu durante os anos Lula” (SARAIVA, 2010).

Governo Dilma

A sucessão do governo Lula para o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) não trouxe grandes mudanças para as estratégias da PEB, a América do Sul permaneceu sendo o foco da ação externa durante o primeiro mandato. Vigevani e Cepaluni (2007) afirmam que tradicionalmente, o discurso do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre temas de política internacional enfatiza alianças preferenciais com parceiros do Sul. Dilma em discurso de posse afirmou que a América do Sul seguiria sendo prioridade da política externa, sinalizando essa prioridade ao fazer à Argentina a sua primeira viagem ao exterior, afirmando ainda que “Os países do nosso continente se tornaram valiosos parceiros políticos e econômicos do Brasil” (ROUSSEFF, 2011). Discorrer sobre a política externa do governo Lula e do governo Dilma é falar de alguns princípios expressos pela PEI, devido a busca de diversificação de parceiros com vistas a conseguir um posicionamento internacional mais autônomo (GONÇALVES *apud* CARDOSO; THOMAZ; MACHADO, 2012).

Portanto, cabe ressaltar que o governo de Dilma enfrentou cenários internacionais mais severos do que o governo Lula, isso desde o início de seu primeiro mandato cujo efeitos da crise econômica sofrida pelos poderes estabelecidos em 2008 deram lugar à reestruturação da governança internacional, a recuperação econômica nos EUA e a retenção gradual da crise da Zona Euro, colocando o G7 no centro do palco. Consequentemente reduzindo o foco das hegemonias nas potências emergentes- e crescimento desses últimos- que anteriormente foram base por não terem sido afetados *a priori* pelos impactos da crise (SARAIVA, 2017, p.26). Portanto com a perda de legitimidade do G-7 segundo Ramos *et al.* (2012) ocorreu a ampliação das discussões para constituição e evolução do G-20, como um fórum deliberativo que trabalhasse com base no consenso de seus membros, com objetivo de restaurar o crescimento global. Já no cenário nacional, o governo Dilma enfrentou a desaceleração econômica, problemas fiscais e aumento da taxa de desemprego.

Segundo Saraiva (2014), a busca pelo assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas não foi deixada de lado, mas perdeu impulso. O Brasil continuou liderando as forças de atuação da ONU com o MINUSTAH, seus representantes se encontraram com membros do G4 (Japão, Brasil, Alemanha e Índia) e do IBAS para discutir os temas de reformas nas Nações Unidas (JESUS, 2014, p. 63). Em 2011, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas Dilma propõe o conceito de “Responsabilidade ao proteger” (RwP) ao invés da intervenção, “enfatizando a necessidade de maior responsabilidade e transparência internacionais durante intervenções humanitárias” (SOARES, 2013, p.12), ainda na 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas Dilma afirma que não há solução militar para a crise da Síria, sendo que a diplomacia e o diálogo não são apenas a melhor, mas a única opção. Reforçando ainda que o Brasil vem vivendo em paz com os vizinhos há mais de 140 anos e tem promovido com eles processos de integração e de cooperação bem-sucedidos, demonstrando, então, o interesse para assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho (PLANALTO, 2017).

No início do primeiro mandato de Dilma, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) passou por algumas mudanças, Antônio de Aguiar Patriota passou a ser o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim passou a ser o Ministro da Defesa e Samuel Pinheiro Guimarães passou a ser o Alto representante geral do MERCOSUL. Ocorreu uma redução no orçamento e no número de novos diplomatas,

gerando uma sensação de “separação” entre a administração de Dilma e o Ministério das Relações Exteriores (GÓMEZ; PEREZ, 2016). Ainda o governo passou por uma instabilidade ministerial que contou com três chanceleres, Antônio Patriota que foi demitido em 2013 devido a uma crise diplomática entre o Brasil e Bolívia, foi então substituído por Luiz Alberto Figueiredo, que era o representante do Brasil nas Nações Unidas, e posteriormente foi substituído por Mauro Luiz Iecker Vieira, na reforma ministerial em 2014.

Cervo e Lessa (2014) afirmam que ocorreu um enfraquecimento das estratégias do diálogo entre os Estados e a inexistência de novas ideias para motivar agentes externos, foram fatores que enfraqueceram o protagonismo brasileiro. Portanto, foram mantidos contatos com a Ásia, África e o Oriente Médio, além disso manteve esforços para continuar desenvolvendo a parceria com BRICS, IBAS e ASA. Assim como novas parcerias para a projeção no cenário internacional com a adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Segundo Patriota (2013), os esforços resultaram em acordos de livre comércio com Israel, Egito e Palestina e acordos de preferências tarifárias com a Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Embora segundo Saraiva e Gomes (2016) durante seu governo, Dilma não teve como uma perspectiva ou visão de longo prazo para o país na área da política externa, em vez disso, Dilma valorizou resultados a curto prazo, viáveis e visivelmente concretos, e Casarões (2016) afirma que as parcerias durante a administração de Dilma estiveram relacionadas a dois grupos: no primeiro mandato ciência e tecnologia e no segundo mandato comércio e investimentos.

No plano de governo Dilma, a cooperação Sul-Sul com o BRICS se tornaria o foco principal e renovado da PE, embora durante sua administração a participação do Brasil tenha se ofuscado, deixando espaço para a crescente influência das potências China e da Rússia (GÓMEZ; PEREZ, 2016). Como afirma Saraiva (2017) devido as iniciativas do governo chinês, foram implementados um Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Fundo Contingente de Reservas (CRA) no BRICS, instituições que, segundo Bastos e Hiratuka (2017), entraram no campo de atuação típico do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Conforme Saraiva e Gomes (2016) mesmo que com uma continuidade lerda, considerados os avanços dos BRICS, a inserção internacional do Brasil preserva a relevância das parcerias bilaterais. Contudo a cooperação brasileira com os membros do BRICS se tornou fundamental para o enfrentamento da crise econômico e financeira. Em 2015 Dilma afirma que no então momento de crise internacional, deveria se reforçar cada vez mais o papel do BRICS, que é tão importante para o desenvolvimento global, já que tem sido responsável por cerca de 40% do crescimento mundial.

As cúpulas ocorreram e foram assinados diversos acordos, mesmo que sempre mantendo uma baixa institucionalidade, sendo: III Cúpula: Sanya, China, em abril de 2011 que contou com o ingresso da África do Sul; IV Cúpula: Nova Délhi, Índia, em março de 2012 a qual foi lançado as bases a cooperação financeira com terceiros países, mediante a criação do “Banco BRICS”; V Cúpula: Durban, África do Sul, em março de 2013 do qual dentre vários resultados cabe descartar o estabelecimento do Conselho Empresarial do BRICS; e estabelecimento do Conselho de *Think Tanks* do BRICS; VI Cúpula: Fortaleza, Brasil, em julho de 2014 o qual foram assinados os acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas; e VII Cúpula: Ufá, Rússia, em julho de 2015 que marcada pela ratificação dos acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. Foram realizadas as primeiras reuniões do Conselho de Governadores e da Diretoria do Banco (ITAMARATY, 2017).

Patriota usou a expressão “multipolaridade benigna” e/ou “multipolaridade da cooperação e inclusiva” para designar a orientação da condução PEB, que se caracterizou por reconhecer a existência de uma estrutura multipolar de poder no mundo e buscar uma multipolaridade cooperativa, afirmando ainda que algumas revisões na condução seriam feitas, embora que seria difícil mudar radicalmente as bases de atuação (BRICS POLICY CENTER, 2011, p.3). A integração regional e as ideias do multilateralismo continuaram no plano de governo, com o aprofundamento da integração regional com MERCOSUL, UNASUL e CELAC. Quanto a participação em debates como G20 e RIO+20 o que mudou, segundo Gómez e Perez (2016), foram os recursos financeiros disponíveis para essas atividades, mesmo que no marco do multilateralismo as posições brasileiras mantiveram continuidade. Conforme Casarões (2016) somente a recomposição da presença internacional do Brasil nesses campos multilaterais colocaria o país de volta no radar global, Bastos e Hiratuka (2017) reforçam que uma maior presença física (ou carisma) de Dilma no cenário internacional por si só compensaria a tendência de perda de projeção e visibilidade do Brasil.

Segundo Casarões (2016), uma das mais expressivas mudanças relacionadas a parcerias se deu com o Japão em 2014, em que o governo japonês resolveu elevar as relações bilaterais com o Brasil ao nível de Parceria Estratégica Global, reconhecendo o importante papel que desempenha sobre assuntos políticos, estratégicos e econômicos (ITAMARATY, 2017). Casarões (2016) afirma que o chanceler Mauro Vieira buscou empreender uma diplomacia de resultados destinada a alavancar o potencial econômico do país e juntou forças com Armando Monteiro, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Como resultado em 2015, o Brasil ofertou três Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) que é baseado em 3 pilares: (i) mitigação de riscos; (ii) governança institucional e (iii) agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos (MIDC, 2017), com México, Colômbia e Chile, países historicamente distantes, com o propósito de dinamizar a entrada de inversões diretas no país e permitir maior presença de empresas brasileiras nesses mercados (CASARÕES, 2016, p.40).

Conforme foi apresentado em críticas feitas ao governo Lula, Patriota afirma que o foco na cooperação sul-sul foi uma característica marcante do governo Lula e que não seria descartada, ainda assim, o desenvolvimento da cooperação sul-sul não deverá ocorrer em detrimento da relação com as grandes potências (BRICS POLICY CENTER, 2011, p.3). Desde 2007, a UE reconheceu o Brasil como um dos seus principais parceiros mundiais, formando a Parceria Estratégica UE-Brasil. Portanto Saraiva (2017) aponta que a parceria não teve frutos significativos na arena multilateral internacional durante o governo de Dilma, apesar do Brasil considerar sua parceria estratégica com a UE como o melhor mecanismo de interação com a Europa e a melhor ferramenta de política externa para impulsionar a projeção global do Brasil e obter ganhos bilaterais. Da mesma forma, desde 2010 as negociações comerciais para o acordo entre a UE e o MERCOSUL não obtiveram resultados.

Já com os EUA, em 2011 Dilma celebrou a parceria com o presidente Barack Obama e a cooperação em diferentes áreas, como educação, inclusão social, investimento e comércio exterior, questões energéticas e ambientais, ciência e tecnologia democracia e direitos humanos (SARAIVA, 2017, p.31). De fato, aconteceu uma maior tendência à aproximação com os EUA, embora a relação não tenha se tornado uma dependência, porém ambos os Estados enfrestaram momentos delicados. Segundo Bastos e Hiratuka (2017) Dilma manteve a independência e altivez sob os EUA, o Brasil foi contra o posicionamento dos EUA ao apoiar a Palestina na Assembleia Geral das Nações Unidas, que elevou o status da Palestina como Estado Observador não membro e em 2013 foi gerado uma crise diplomática

entre Brasil e Estados Unidos, devido as atividades de espionagem da Agência Nacional de Segurança (NSA) dos EUA (SARAIVA, 2017, p.31).

Com o ocorrido, Dilma cancela sua viagem presidencial para Washington, onde se encontraria com o presidente Barack Obama, e o constrangimento só foi solucionado em um encontro de Dilma com Obama durante a reunião do G20, em São Petersburgo, Rússia, em 2013 (SENADO, 2017). Logo, na abertura da 68ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York em 2013, Dilma ressaltou o direito à privacidade e soberania dos Estados e enfatiza que sem o direito à privacidade não há verdadeira liberdade de expressão e opinião e, portanto, não há efetiva democracia; já sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as Nações (PLANALTO, 2017). Embora isso, em 2015, foi anunciada uma série de acordos de cooperação e compromissos entre Brasil e EUA, sobre temas das agendas bilateral, regional e multilateral nas áreas de comércio, agricultura, meio ambiente, educação, ciência e tecnologia, turismo, defesa, política espacial e previdência social. (Lista completa no anexo 2)

Na esfera regional, Dilma procurou manter as estratégias de PEB, segundo Cervo e Lessa (2014) isso se deve à ideia de uma construção regional de um polo de poder e um papel sistêmico pressuposto ao país em que os benefícios auferidos pelo Brasil da integração regional são palpáveis. Embora que, as tentativas brasileiras de definir a agenda regional perderam cada vez mais influência política sob a administração de Dilma, a UNASUL continuou sendo o primeiro porto de escala quando enfrentava situações de crise (SARAIVA, 2017, p.32). Bastos e Hiratuka (2017) ressaltam o apoio de Dilma à consolidação da UNASUL em seu papel como mediador nos conflitos políticos regionais e em 2011 Dilma afirmou que a organização constitui um espaço privilegiado e, talvez, sendo o melhor fórum para a promoção de modelos de democracia (ROUSSEFF, 2011).

No âmbito do Mercosul, a posição adotada durante o governo de Lula foi mantida: não é prioridade, mas sua defesa é necessária para administrar as relações do Brasil com países vizinhos (SARAIVA, 2014). Conforme Bastos e Hiratuka (2017) o governo Dilma continuou procurando a expansão do MERCOSUL em direção à Venezuela, mesmo que isto custasse a suspensão temporária do Paraguai depois do golpe de Estado com o impeachment do presidente Fernando Lugo. Por conseguinte, em 2012, embaixados pela cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia os Estados-membros acordaram pela suspensão do Paraguai no MERCOSUL. Em relação ao Paraguai Dilma afirmou:

O governo brasileiro, assim como os demais países que integram o Mercosul, apresentamos com toda a clareza nossa visão no que se refere à situação no Paraguai. O que moveu a totalidade da América do Sul foi compromisso inequívoco com a democracia. Os países do Mercosul, assim como os da Unasul, têm agido de forma coordenada nessa questão com o sentido único de preservar e fortalecer a democracia em nossa região. (...) Nossa perspectiva é que o Paraguai normalize sua situação institucional interna para que possa reaver seus direitos plenos no Mercosul (ROUSSEFF, 2012).

Ainda em 2012, como presidente Pro Tempore do MERCOSUL, Dilma oficializou a inclusão da Venezuela no bloco, o que provocou desconforto paraguaio segundo Oliveira (2012), o Paraguai expressou claramente sua insatisfação com o suposto “oportunismo” dos outros Estados-membros do bloco, em aproveitarem o afastamento do único Estado contrário à adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Embora isso, a Venezuela possui grandes reservas de petróleo e é considerada a maior produtora de petróleo da América Latina, proporcionando então benefícios para o bloco em si.

²Expressão definida e usada por Celso Amorim para descrever a PEB do governo Lula.

No Anexo 1 e 3 pode ser observado o cronograma do MERCOSUL durante o período do governo Lula e Dilma. Embora o segundo mandato de Dilma ter sido incompleto, é possível observar no primeiro mandato de ambos os governos há uma significativa diferença quantitativa de eventos no MERCOSUL, seja eles assinaturas ou criações de acordos e implementações no bloco, enquanto Lula esteve presente em 14 eventos, Dilma esteve em 8. No segundo mandato de Dilma não ocorreu eventos, já no segundo mandato de Lula ocorreram 17. Contudo, o Brasil foi perdendo protagonismo da política global, Saraiva e Gomes (2016) afirmam que seus movimentos assumiram um caráter reativo enquanto no governo Lula era “ativo e altivo”², ocorrendo, portanto, um recuo do ativismo regional brasileiro.

Segundo Saraiva (2014), algumas divergências com as potências ocidentais se sucederam, como por exemplo, a redução do foco de ação no IBAS enquanto o governo Lula buscou o fortalecimento e a diversificação de parcerias por meio de cooperações como o IBAS. No governo Dilma, o IBAS perdeu relevância devido ao BRICS ter expandido e obter recursos de poder para diminuir a importância do controle dos países desenvolvidos sobre as instituições multilaterais que propagaram o Consenso de Washington, o FMI e o Banco Mundial, a partir da ação coletiva dos países do Sul mais importantes. (BASTOS, HIRATUKA, 2017, p.13)

A administração de Dilma se mostrou menos empenhada e com menor intensidade na efetivação da PEB do que seu antecessor, ocorrendo também a redução na diplomacia presidencial, que afetou a participação proativa do Brasil na política global, em comparação dos primeiros mandatos, Lula fez 111 viagens presidências enquanto Dilma fez 63 viagens (SARAIVA, 2014, p. 28). Bastos e Hiratuka (2017) ressaltam que a conferência Rio+20 em 2012, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 trouxeram chefes de Estados, ministros e empresários ao Brasil, embora não seja justificativa para tal redução da diplomacia presidencial.

Segundo Gómez e Perez (2016), isso se deve principalmente ao fato de Dilma ter se preocupado mais com o desenvolvimento econômico e social nacional, mantendo um foco doméstico e não global, não acordando com o papel da política externa como uma ferramenta capaz de impulsionar o desenvolvimento social e econômico doméstico. Por fim, há uma literatura compartilhada quando se fala que o governo Dilma não teve grandes rupturas tendo como base o governo Lula e sim continuidades, embora Dilma tenha se mostrado impessoal e menos envolvida com a PE. Ainda que seja importante frisar o contexto internacional em que a crise financeira global originalmente contribuiu para um cenário comercial favorável para as potências emergentes se reverteu com a recuperação das hegemonias.

Uma vez exposto um breve histórico das características da PEB entre os governos Lula e Dilma, pretende-se na seção seguinte analisar o esforço de ambos os governos na Relação Bilateral com a Argentina, como estratégia de inserção internacional, bem como abordar as continuidades e possíveis mudanças nessa relação.

Análise da Relação Bilateral Brasil-Argentina

Até aqui foi verificado que não ocorre grandes rupturas no governo Dilma, observa-se que as mudanças ocorridas foram causadas por elementos internacionais e domésticos, portanto é nesse contexto que essa seção busca identificar mudanças na condução da política externa para a relação bilateral Brasil e Argentina correspondente ao período 2003-2016, dando início à análise. Para isso será usado a obra *Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy* que define os graus e fontes que

podem influenciar nas mudanças da política externa. A análise terá como a base o argumento de Hermann (1990) que afirma que a política externa se dá pela interação entre o âmbito internacional e o âmbito doméstico.

Os graus de mudanças estabelecidos por Hermann são examinados com relação a quatro agentes primários, sendo eles: líder, burocracia, reestruturação doméstica e choques externos. No que diz a respeito ao líder, Grove (2007) afirma que algumas abordagens tradicionais das RI minimizam o papel do indivíduo, embora os indivíduos sejam particularmente importantes em tempos de crises e incertezas, devido as vantagens analíticas proporcionadas pelas perspectivas psicológicas que pode ser explicada por várias características individuais, como personalidade e motivação de um líder. Assim, o autor busca combinar três fatores: líder, contextos políticos nacionais e internacionais para definir quatro tipos de estratégias³ que gera suporte ao líder tanto no âmbito externo quanto no interno.

Seguindo essa ideia, é possível constatar que o governo Lula apresenta características da estratégia *amarrando as mãos* na relação bilateral com a Argentina. De fato, o Brasil durante a administração Lula buscou uma posição como potência emergente e teve capacidade de influenciar a América Latina, nessa perspectiva, especificamente no Mercosul, a Argentina se tornou o elemento central da agenda regionalista e foi considerada uma parceira comercial e política de grande relevância para a inserção internacional e promoção dos interesses do Brasil, característica apresentada em ambos os governos. Foi, então, usado como estratégia elementos do Direito Internacional, como tratados aos quais a Argentina faz parte e ajuda externa, por exemplo, o acordo complementar para Cooperação Interinstitucional, realizado em 2003, em que o Brasil acorda implementar em Buenos Aires o Sistema de Voto Eletrônico (GROVE, 2007, p. 6-7).

Logo, se a mudança de liderança introduz possibilidades para uma reorientação das políticas externas do Estado, ao apresentar interesses, ambições e uma nova agenda para política externa em que pode apresentar mudanças na orientação e metas, contudo, essa ideia não é seguida pelo governo Dilma, ao preservar em grande parte suas características e alinhamento político. Saraiva (2013) afirma que as características da integração e consolidação de alianças estratégicas com a Argentina teve como objetivo promover as práticas sociais e políticas governamentais brasileiras no bloco, além do desenvolvimento mutuo das áreas, com o objetivo de manter estreitos laços de cooperação com a Argentina para evitar o renascimento qualquer tipo de rivalidade.

Durante governo Dilma ocorre um declínio da relação da presidente com o Itamaraty e uma retração do corpo diplomático, marcado por restrições orçamentárias, essa situação concedeu que demais atores passassem a influenciar e pressionar a presidente na tomada de determinadas decisões de PE. Saraiva (2017) afirma que a tomada de decisões se tornou menos centralizada e diferentes agências governamentais gradualmente assumiram a responsabilidade pelos aspectos técnicos da política externa, assim, a maior parte das decisões de PE foram tomadas num contexto organizacional. Essa descentralização do poder é, portanto, a diferença no processo de tomada de decisão da política externa entre o governo Lula e Dilma.

Com base na tomada de decisão no modelo organizacional, em síntese, a política externa se resulta de um processo de decisão governamental, conforme Allison (1990) se dá pelos constrangimentos e pressões feitos pelas diferentes organizações dentro de um Estado, com ferramentas teóricas e conceituais sobre áreas de conhecimento específicos, assim estabelece as suas preferências em PE e possibilitam diferentes visões

³(1) ampliando audiência refere-se à maneira pela qual um líder pode expandir uma coalizão para criar legitimidade para seus objetivos políticos domésticos ou no exterior, ou receber apoio em uma mensagem de identidade compartilhada; (2) comprando que é definida como o uso de recursos materiais ou promessas deles para cooptar oposição ou alterar condições no exterior ou em âmbito doméstico, podendo usar a ajuda econômica, assistência militar, oportunidades de investimento de outros estados ou atores não estatais; (3) amarrando as mãos é limitar a gama de opções em uma arena para convencer um ator em outra arena que um determinado curso é necessário, pode ser usado o Direito internacional e por fim (4) a ameaça de enquadramento ao representar atores específicos como perigosos para o eleitorado para reunir apoio e promover a unidade, usa a repressão, comportamento militar. (GROVE, 2007, p. 5-7)
⁴Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) é uma companhia de petróleo com sede na Argentina que tinha maior parte controlada pela espanhola Repsol YPF. (ESTADÃO, 2018)

ao líder decisor, às vezes podendo ser conflitantes entre si (ALLISON, 1990 *apud* BERRINGER, 2015, p.7). Em acréscimo, Hermann (1990) afirma que a premissa da decisão burocrática que a política externa tende a ser conduzida por indivíduos nas organizações, as quais as informações são coletadas e analisadas, esse processo cria rotinas de funcionamento que geram *outputs* que pressionam os formuladores de política.

A partir das premissas expostas acima, cabe ressaltar o caso da reestatização da YPF⁴ em 2012, quando o Julio De Vido, Ministro de Planejamento Argentino, propôs ao Brasil que a Petrobrás aumentasse a produção e os investimentos de 8% para 15% na participação da produção petrolífera na Argentina (ESTADÃO, 2018). Esse evento causou divergentes opiniões em diferentes grupos do Estado brasileiro, o diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) José Augusto de Castro, afirmou que o Brasil se encontrou em situação delicada, não podendo apoiar abertamente a Argentina, já que a estatização foi uma medida preocupante que gerou insegurança jurídica e nem se opor, uma vez que a Argentina é o principal parceiro do país na região. Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), caso o Brasil aceitasse em assumir esses investimentos, entraria em eventuais desentendimentos diplomáticos que não seriam interessantes e ainda afirma que há pouco interesse para a Petrobrás na Argentina, pois não é um mercado que incentive os investimentos porque mantém preços congelados (PRESSE, 2012).

Nesse caso, os atores tinham interesses em comum, negando a proposta do investimento, decisão defendida pelo Ministro do Ministério de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmando que a Petrobrás investiu cerca de US\$ 500 milhões na Argentina em 2011 e que a empresa manterá o valor em 2012. Esse processo de tomada de decisão governamental contou, também, com a participação da Presidente da Petrobras, Graça Foster, que não tinha interesse em novos investimentos devido a decisão, por parte do governo Argentino em retirar a concessão de uma jazida petrolífera da Petrobrás, na província de Neuquén, realizada dias antes de o governo da presidente Cristina Kirchner expropriar a petrolífera YPF (OLIVEIRA, OSWALD, FIGUEIREDO, 2012).

Contudo, para entender as preferências de PE de um Estado, segundo Alons (2007), é preciso levar em consideração os interesses em nível domésticos e externos, uma vez que os interesses domésticos também podem ser fatores de influência nas negociações e escolhas da condução da PE. Para isso será apresentado o cenário doméstico durante o governo Dilma. Embora muito se fala das manifestações populares de 2013 para exemplificar o cenário conturbado enfrentado pelo governo Dilma, este evento não interfere diretamente na PEB, os estímulos internos enfrentados pelo governo que forçaram a reavaliação da política externa se deram principalmente pela crise democrática, desaceleração da econômica interna, taxa de crescimento do PIB média negativa em 3,7% e com indícios de esgotamento do modelo de crescimento adotado pelo seu antecessor,

[...] desde 2006, a economia brasileira entrou em um novo regime de crescimento, puxado pela demanda, no qual as políticas de distribuição de renda e o crescimento do mercado interno, com a incorporação de ampla parcela da população antes excluída do consumo de massas, tiveram papel fundamental. Especialmente em 2010/2011, entretanto, os limites ao modelo de crescimento baseado no mercado interno e na redistribuição da renda, combinado com a manutenção de juros elevados e apreciação cambial, mostraram-se claros (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 935).

Segundo Paula e Pires (2017), a economia sofreu uma série de choques em 2015 e 2016, e com a deterioração dos termos de troca, ajuste fiscal, crise hídrica, desvalorização da moeda, aumento da taxa de juros Selic, todos esses fatores contribuíram para reduzir o crescimento econômico durante o governo Dilma. Sendo assim, o governo Dilma deu preferência às questões políticas internas, o que implicaram sutis mudanças em *alterações de programa*, o que segundo Hermann (1990) é um nível de mudança que entra em contraste com as mudanças de ajuste, que tendem a ser mudanças quantitativas, a mudança de programa são qualitativas e envolvem novos instrumentos de governo, porém mantendo os propósitos inalterados. Conforme discutido na seção anterior, durante o governo Dilma, ocorre uma redução no protagonismo da política global e da diplomacia presidencial, o que segundo Lessa (2015), é uma medida de intensidade com que o presidente se coloca à disposição da diplomacia, isso quer dizer no valor ou importância dado a PE por um governo. Contudo, com base no cronograma de visitas presidências dos governos Lula e Dilma, o que se apura é a exceção dessa declaração no âmbito bilateral com a Argentina. O governo Dilma fez no total 13 visitas frequentes ao país, enquanto o governo Lula fez 12 visitas, observando ainda que entre 2005 e 2006 não ocorreram visitas do Brasil para a Argentina (cronograma completo nos anexos 4 e 5), sendo importante ressaltar que Lula teve seus dois mandatos completos e Dilma apresentou seu segundo mandato incompleto devido ao *impeachment*. No mesmo período, o governo argentino fez 8 visitas ao Brasil durante Governo Lula e 10 durante o governo Dilma (cronograma completo nos anexos 6 e 7), podendo constatar que o cronograma de viagens durante o Governo Dilma na relação Brasil e Argentina foi mais ativa.

Ainda que seja apresentado uma diferença quantitativa nessa dinâmica de visitas, há uma diferença qualitativa dos eventos, durante o governo Lula ocorre uma maior concretização de projetos bilaterais. Como se pode observar no anexo 4, em março de 2004 Lula e Néstor Kirchner se encontraram no Rio de Janeiro e assinaram a Ata de Copacabana, com o objetivo de aprofundar a associação estratégica e em dezembro de 2007 foi adotado o Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), com intuito de fortalecer a relação bilateral com os projetos estratégicos de integração bilateral. Enquanto no governo Dilma, foi criado o Diálogo de Integração Estratégica, decorrente das reuniões realizadas em visitas em 2012.

Segundo Jakobsen (2016), isso se deve, pelo fato do governo Lula ter usado como instrumento para avançar as integrações os contatos diplomáticos para organizar as visitas presidenciais, que em sua maioria era seguida pela promoção comercial, investimentos e cooperação técnica. Como é apresentado, também, no Acordo de Complementação Econômica N° 14 (ACE-14), em que o Governo Lula consolidou 6 protocolos adicionais durante seu primeiro mandato e outros 2 protocolos no seu segundo mandato (Anexo 8), enquanto Dilma consolidou apenas 1 protocolo adicional, em seu segundo mandato (Anexo 9). Em contrapartida, no Acordo de Cooperação Técnica⁵, é apresentado uma situação inversa, em que Lula concluiu 1 projeto durante todo o seu governo (Anexo 10) e o governo Dilma concluiu 2 projetos (Anexo 11).

Como mencionado, a PE do governo Dilma foi pautada pelos mesmos interesses de seu antecessor, com a busca de cooperações técnicas, projetos estratégicos de integração bilateral em diversas áreas, como ciência, tecnologia, promoção das práticas sociais e políticas, aumento do comércio e dos investimentos. Portanto, é possível constatar o que Hermann (1990) chama de *pequenos ajustes*, com a redução de esforços do governo Dilma em busca de um objetivo previamente estabelecido durante o governo Lula. Como se pode observar na tabela 1, Lula I apresentou uma postura mais ativa, celebrando durante seu primeiro mandato 28 atos internacionais, como proje-

⁵Acordo de Cooperação Técnica, criado em 09/04/1996 com objetivo promover cooperação nas áreas consideradas prioritárias pelas partes. (DECRETO No 3.209, 1999)

tos conjuntos e acordos bilaterais em diversas áreas com a Argentina, enquanto Dilma I efetuou 18 atos internacionais em seu primeiro mandato. (Dados completos nos anexos 12 e 13)

De acordo a tabela 1, é possível constatar que os acordos para Cooperação Técnica Internacional (CTI) foram mais frequentes. Para o governo brasileiro, esses acordos são como instrumentos e mecanismos de política externa, usados para auxiliar na promoção do desenvolvimento socioeconômico, uma vez que possibilita a transferência de conhecimentos e técnicas para outros Estados, sem caráter comercial (PCT, 2005). No governo Lula foi contabilizado ao total 17 projetos para implementar o Acordo Básico de Cooperação Técnica em prol do progresso econômico e social, sendo 5 projetos celebrados no governo Lula I e 12 projetos em Lula II. Por outro lado, o governo Dilma I criou 8 projetos envolvendo temas como agricultura, meio ambiente e recursos naturais.

ÁREA	LULA I	LULA II	DILMA I	DILMA II
Vistos, Imigração e Migração	3	1	1	-
Obras públicas	1	-	2	-
Fronteiras e Soberania territorial	2	-	1	-
Energia	1	2	2	-
Direito Humanos, Penal e Civil	2	-	1	-
Declaração Conjunta	1	6	1	-
Cooperação em Saúde	1	-	-	-
Cooperação em Energia Nuclear	3	1	-	-
Cooperação em Defesa e Assuntos Militares	1	-	-	-
Cooperação Técnica	5	12	8	-
Cooperação Educacional e Esportiva	1	-	-	1
Cooperação Econômica	1	-	-	-
Cooperação Científica e Tecnológica	3	-	1	-
Consultas Diplomáticas	-	-	-	1
Comissão Mista	-	1	-	-
Comércio	2	1	1	-
Bancos	-	1	-	-
Agricultura	1	-	-	-
TOTAL	28	25	18	2

Tabela 1: Atos Internacionais celebrados por governo (2003-2016). Fonte: Portal Concórdia Atos Internacionais.

No campo comercial, foram efetuados 2 atos internacionais com a Argentina durante o governo Lula I, sendo: a assinatura do memorando de entendimento para Criação da Comissão de Monitoramento do Comércio entre Brasil e Argentina, em 16 de outubro de 2003; o acordo para o estabelecimento do Mecanismo de Cooperação Comercial, em 30 de novembro de 2005. Já no governo Dilma foi assinado o Memorando de Entendimento para a Promoção Comercial Conjunta, em 31 de janeiro de 2011. Esses mecanismos, tem como objetivo, trabalhar mediante ações conjuntas para promoção comercial, facilitar os processos de negociações e acompanhar os fluxos comerciais. (Anexos 12 e 13)

De acordo com os dados do gráfico 1, o fluxo comercial entre 2003 e 2010 se manteve crescendo, a exportação cresceu de US\$ 4.68 bilhões para US\$ 14.4 bilhões no período. Esse crescimento advém

de alguns cenários externos, entre eles, ocorre o superciclo chamado *boom das commodities*, ocasionado pela industrialização da China e da Índia, fornecendo um impulso aos termos de troca da região - relação entre o preço das exportações e importações – esse fenômeno possibilitou o crescimento econômico e comercial de alguns países da América Latina exportadores de *commodities*, isso se dá basicamente pelo fato do crescimento do consumo acarretar a escassez do produto, estimulando o aumento dos preços internacionais de *commodities*, portanto, resultando no aumento das exportações e crescimento do PIB desses países (THE ECONOMIST, 2018).

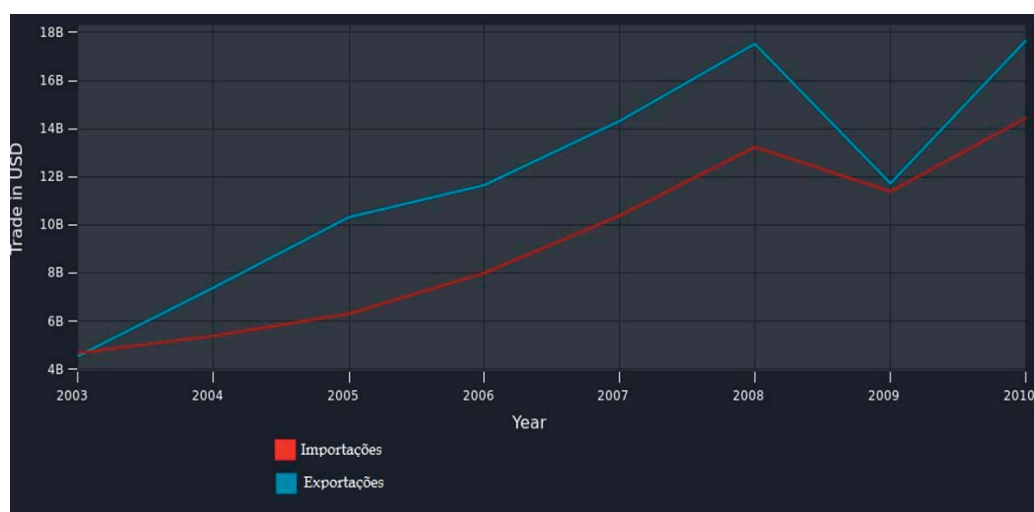


Gráfico 1: Exportações e importações do Brasil com a Argentina (2003-2010). Fonte: OEC *The Economic Complexity Observatory*.

Além disso, a desvalorização do dólar nos mercados internacionais em 2007, propiciou que o preço das *commodities* permanecesse alto. Segundo Gama (2014) antes mesmo do baque da crise de 2008, o Brasil da administração Lula reposicionou sua estratégia comercial como fornecedor de *commodities* para três grandes parceiros: UE, EUA e China. Esse superciclo não afeta diretamente o comércio bilateral entre Brasil e Argentina, visto que a exportação entre Brasil e Argentina se dá principalmente por manufaturados, mas o enriquecimento interno propiciou o aumento da produtividade estimulados pelo capital estrangeiro e da credibilidade externa, nesse período ocorre o aumento da confiança dos investidores na economia brasileira.

Esse cenário pode ser observado no gráfico 1, de 2003 a 2010 o valor das exportações cresceu de US\$ 4.56 bilhões para US\$ 17.5 bilhões, essa intensificação se deu principalmente pelo setor automobilístico, que representou US\$ 40.4 bilhões das exportações do período. O crescimento no fluxo comercial foi interrompido apenas pelo declínio entre 2008 e 2009, de US\$ 17.5 bilhões para US\$ 11.7 bilhões, indicando os impactos da Crise Econômica Internacional de 2008, sendo esse um fator que abala a viabilidade de uma mudança relevante nas relações bilaterais, uma vez que ocorre desaceleração econômica em escala global (OEC, 2018a).

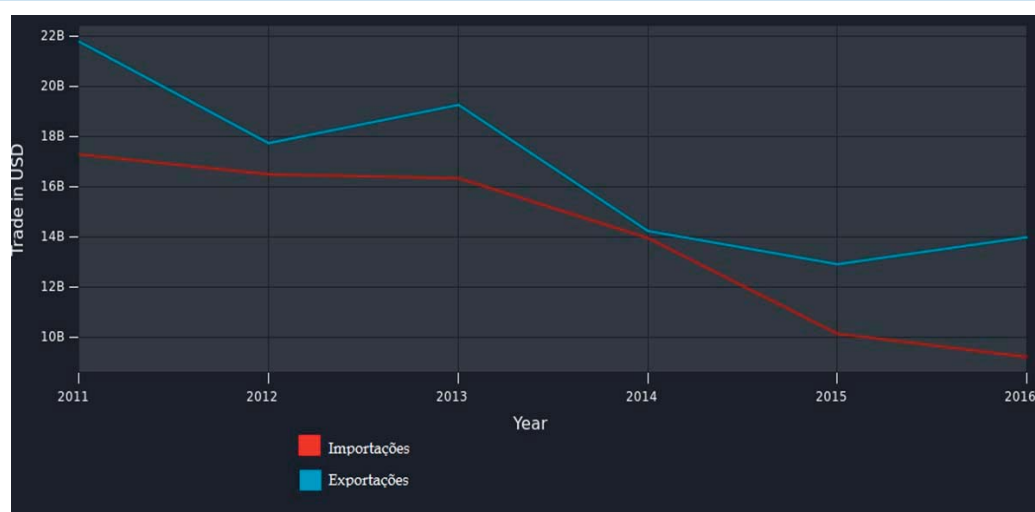


Gráfico 2: Exportações e importações do Brasil com a Argentina (2011-2016). Fonte: OEC *The Economic Complexity Observatory*.

Diante os dados do gráfico 2, pode se afirmar que em relação ao governo Lula, no governo Dilma ocorre uma intensidade menor no volume das importações e exportações entre Brasil e Argentina, a exportação variou de US\$ 21.8 bilhões para US\$ 14 bilhões e a importação de US\$ 17.3 bilhões para US\$ 9.22 bilhões de 2011 a 2016. Logo no primeiro ano pode ser observado uma tendência decrescente nos fluxos comerciais, representado por um cenário de recessão econômica com queda nos preços internacionais das *commodities*, por volta de 2011, o baixo crescimento das exportações de manufaturas e com os reflexos ainda sentidos pela crise financeira, ocorre a desaceleração no ritmo do crescimento econômico da América Latina, afetando o comércio bilateral que apresentou um crescimento desde 2002 (JUSTO, 2013).

Além disso, conforme Carmo (2013) o governo da Argentina criou em 2011 uma medida protecionista aumentando as barreiras comerciais para dificultar a entrada de produtos brasileiros, resultando na queda na demanda, em que o comércio bilateral (volume importado e exportado entre Brasil e Argentina) caiu de US\$ 39.6 bilhões em 2011 para US\$ 34.4 bilhões em 2012, afetando principalmente os setores de autopeças, máquinas agrícolas e eletrônicos. Esse período pode ser identificado no gráfico 2, com queda dos valores das exportações totais do Brasil para a Argentina, entre 2011 e 2012, que variou de US\$ 21.8 bilhões para US\$ 17.7 bilhões. A desaceleração da economia em 2013 e a crise da dívida da Argentina em 2014, impactou fortemente na retração do volume exportado, representando a maior queda entre 2013 com US\$ 19.3 bilhões para US\$ 14.2 bilhões em 2014 e em 2015 para US\$ 12.9 bilhões. (OEC, 2018b)

Embora seja apresentado uma desaceleração no comércio bilateral entre 2011 e 2016, pode-se afirmar, porém, que o setor automobilístico continuou sendo o principal volume das exportações para a Argentina, representou US\$ 55.8 bilhões das exportações entre 2011 a 2016, ultrapassando o valor de US\$ 40.4 bilhões das exportações do setor no governo Lula, que manteve-se crescendo até 2010. (OEC, 2018c)

Considerações Finais

Esse trabalho evidencia uma menor intensidade na política externa do governo Dilma em comparação ao governo Lula. Essa última caracterizou-se por um processo de *autonomia pela diversificação*, com a intensa busca - e concretização - da ampliação de parceiros comerciais, inserção internacional, integração regional, promoção do multilateralismo, cooperação com as demais potências emergentes e con-

solidação de alianças estratégicas voltadas para a América do Sul. Conforme Saraiva (2013) durante o segundo mandato Lula a diplomacia brasileira acirrou os esforços de projeção do país como *player global* e segundo Gama (2014) os resultados das políticas implantadas por Lula limitaram as opções disponíveis para Dilma no plano externo, apresentando uma inegável continuidade.

Essa ação política do governo Lula, cresceu frente a um cenário favorável para países em desenvolvimento, enquanto a política externa de Dilma manteve essas características com certa contenção, uma vez que as mudanças causadas por uma soma de choques internos e externos, impactaram as decisões de políticas públicas e políticas externas e influenciaram a redução da intensidade nessas relações já estabelecidas pelo antecessor. O Brasil durante o governo Lula expandiu e contornou o cenário de recessão pós crise de 2008, enquanto o governo Dilma sofreu os impactos de fatores combinados, envolvendo questões internas, dentre outros, o ajuste fiscal e a desvalorização da moeda; e mudanças acontecidas no cenário internacional com a recuperação econômica nos EUA pós crise e a retenção gradual da crise da Zona Euro, colocando o G7 no centro do palco, reduzindo o foco das hegemonias nas potências emergentes.

Contudo, a conjuntura vivida pelos dois governos seria bastante diferente e influenciou diretamente as mudanças de ênfases apresentada na política externa do governo Dilma, visto que a crise apresentou sinais de permanência nos anos subsequentes. Observou-se assim os *choques externos* como fonte das mudanças apresentadas na condução da política externa de Dilma, uma vez que passa a defender interesses nacionais para recuperação econômica. No que tange a relação bilateral entre Brasil e Argentina, apresenta, também, como *choques externos*, a desaceleração no crescimento das economias emergentes com a queda no preço das *commodities* e conseqüentemente a redução de investimento estrangeiro, outro fator foi a relação comercial do Brasil com as principais potências econômicas: China e EUA, deixando a Argentina como terceira principal parceira. Cabe ressaltar ainda que, o BRICS teve um papel de destaque na política externa de Dilma, principalmente a China, já que mantiveram consultas frequentes com o objetivo de mitigar os efeitos negativos da crise de 2008.

Para tanto, a primeira seção abordou as características bases da política externa nos dois períodos estudados. Tal abordagem proporcionou analisar diretamente as questões que poderiam causar ajustes de política externa na relação bilateral com a Argentina. Verificou-se que, embora o decorrer de seus dois mandatos Dilma continuar com os projetos iniciados no governo Lula, constata-se uma característica na condução da política externa nessa administração, ocorre também o enfraquecimento do protagonismo brasileiro, expondo uma ação com menor empenho, envolvimento e por fim ocorre a redução na diplomacia presidencial, embora tenha apresentado continuidade. Outra notória característica do governo Dilma foi o recuo na expansão do corpo diplomático e o processo decisório descentralizado, características essas que afetam a condução da política externa.

Nas parcerias com a UE e os EUA identifica-se uma maior tendência à aproximação do que o governo Lula que priorizou os países periféricos, apesar dessa aproximação o governo Dilma defendeu uma postura autônoma. No âmbito do MERCOSUL, Dilma declara importância do bloco econômico, mas prosseguiu com uma ação mínima, foram assinados 8 atos internacionais, enquanto durante o governo Lula foram assinados 31. A política externa manteve essa tendência discreta de continuidade nas iniciativas do governo antecessor. Na relação bilateral com a Argentina a administração de Dilma, em primeiro momento, se apresentou ativa, foram firmados diversos memorandos de entendimento, acordos e mecanismos para intensificação da relação bilateral. Foi mantido ainda uma dinâmica de viagens presidenciais enfática, sendo a Argentina o primeiro destino para a inauguração da agenda de via-

gens internacionais, estes foram os pontos analisados na segunda seção.

Dado início a análise, verifica-se que o governo Dilma fez mais viagens para a Argentina que seu antecessor, no Acordo de Cooperação Técnica foram concluídos mais projetos e tratou de intensificar suas relações diplomáticas e comerciais. Apesar disso, logo constata-se o padrão apresentado nos outros eixos expostos na pesquisa, em que ocorrem a continuidade, porém com menor empenho. No entanto, há de se considerar que as variáveis fora do âmbito bilateral contribuíram para essa menor intensidade, visto que para analisar o comportamento dos Estados nas relações internacionais, é preciso levar em conta tanto o âmbito doméstico quanto o internacional (ALONS, 2007, p.211). Além disso, conforme constatado Dilma priorizou o desenvolvimento demandas do plano doméstico.

Ainda que o governo tenha preservado a relevância das parcerias bilaterais, é importante ressaltar, contudo, que durante o governo Lula foram apresentados 28 Acordos de Cooperação no período de 2003 a 2010, enquanto o governo Dilma 10 entre 2011 e 2016. No campo comercial, pode se afirmar que no governo Dilma ocorre uma intensidade menor no volume das importações e exportações entre Brasil e Argentina, com base no fluxo comercial apresentado no governo Lula. Comprovando, então, que ocorre também na relação bilateral Brasil e Argentina uma continuidade com menor intensidade.

Diante dos fatos, pode-se afirmar que a análise indica que a condução da política externa no governo Dilma para a relação Bilateral, com base nas ações da presidência de Lula, não teve rupturas, embora tenha passado por dois níveis de mudanças apresentados na teoria de Hermann (1990) sendo os *pequenos ajustes* que são as mudanças quantitativas em que os objetivos permanecem inalterados o que muda é a intensificação ou a diminuição do empenho; podendo constatar no número de atos internacionais entre o primeiro mandato de ambos os governos, apresentando 28 atos assinados no governo Lula e 18 no governo Dilma. E as *alterações de programa* que são as mudanças qualitativas em que ocorrem alterações nos métodos e estratégias, para perseguir um objetivo que se manteve, as diretrizes de política externa não se alteram, nessa perspectiva, cabe, preferencialmente citar que a administração de Lula envolveu diversos temas na agenda bilateral como energia nuclear, convênios entre bancos e assuntos militares que não foram implementados durante o governo Dilma.

Perante as fontes e níveis de mudanças expostos, se confirma que a continuidade lenta foi uma característica do governo Dilma, como verificado, causada pelas preferências nacionais com base no contexto internacional e nacional. Embora seja apurado essa contenção na relação bilateral com a Argentina e outros eixos como o MERCOSUL e IBAS, não se pode afirmar que o mesmo se repete em outros os âmbitos, de fato, isso depende.

Por fim, essa pesquisa pode gerar debates posteriores prolongando a análise para comparação com outros países, uma vez que não se pode afirmar que os casos se repetem sem analisar os dados. Ainda pode se estender para um estudo sobre a política externa pós-Dilma, ampliando a compreensão da relação entre o cenário doméstico e o internacional sobre a tomada de decisão de política externa, aprofundando nos interesses dos atores envolvidos no processo decisório, uma vez que os processos internos levam à formação das preferências sendo um elemento capaz de influenciar a condução da política. Além disso, pode envolver uma discussão acerca da participação da sociedade civil no âmbito da política externa. Outro tema relevante refere-se à verificação da imagem do Brasil no sistema internacional, uma vez que ocorre a redução do protagonismo durante a administração de Dilma.

Referências Bibliográficas

- ABC, Agência Brasileira de Cooperação. **Argentina**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Argentina>>. Acesso em 18 jan. 2018
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Rev. bras. polít. int. vol.47 no.1 Brasília Jan./June 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008>. Acesso em 14 out. 2017
- ALONS, Gerry C. **Predicting a State's Foreign Policy: State Preferences between Domestic and International Constraints**. Foreign Policy Analysis (2007) 3, 211–232
- AMORIM, Celso. **Discurso do ministro do embaixador Celso Amorim, por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em Brasília**. In: AMORIM, C.; Guimarães, S. P.; LULA DA SILVA, L. I. A política externa do Brasil. Brasília: IPRI/Funag, 2003, p. 47-59
- AMORIM, Celso. **Política externa brasileira sob o presidente Lula (2003-2010): uma visão geral**. Rev. bras. polít. int. vol.53 no.sp Brasília Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em 14 out. 2017
- APEX BRASIL. **Análise Apex Brasil Conjuntura e Estratégia**. Julho 2011. **As exportações brasileiras e os ciclos de commodities: tendências recentes e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/5a438c3e-ddd0-4807-8820-a0f6650bd379.pdf>>. Acesso em 06 mai. 2018. BARBOSA, Rubens. **Parceria Estratégica Global com a China**. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.parceria-estrategica-global-com-a-china-imp-,949512>>. Acesso em 12 nov. 2017
- BARROS, Pedro Silva. **Banco do Sul: novos desafios para a integração financeira regional**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/banco-do-sul-novos-desafios-para-a-integracao-financeira-regional>>. Acesso em 14 out. 2017
- BERRINGER, Tatiana. **Bloco no poder e as análises de política externa**. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 6 (1), 2015. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/viewFile/171/pdf>>. Acesso em 08 abr. 2018
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, em Brasília, em 14 de janeiro de 2003**. Resenhas de Pol. Ext. Brasil, a. 30, n. 92 jan-jun 2003, p. 33-34. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N92_1Sem_2003.pdf>. Acesso em 24 set. 2017
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de encontro com o Presidente Néstor Kirchner, em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003**. Resenhas de Pol. Ext. Brasil, a. 30, n. 93, 2º semestre 2003, p. 153-155. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N92_1Sem_2003.pdf>. Acesso em 24 set. 2017
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relações bilaterais República Argentina**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4785&Itemid=478&cod_pais=ARG&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR> Acesso em 24 set. 2017
- BRICS POLICY CENTER. **BRICS Monitor As Mudanças na Política Externa do Governo Dilma e a “Multipolaridade Benigna”**. 2011. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/132/doc/556584881.pdf>>. Acesso em 17 out. 2017
- BÜLOW, Marisa Von; LASSANCE, Antonio. **Brasil después de lula: ¿más de lo mismo**. Rev. cienc. política (Santiago) vol.32 no.1 Santiago 2012. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718090X2012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 out. 2017
- CARDOSO, Amanda Rodrigues Lima; THOMAZ, Diana Zacca; MACHADO, Rafael Piccinini. **O discurso de Dilma Rousseff e suas repercussões na pauta da mídia e da agenda internacionais**. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/recursos/anais/15/1338497277_ARQUIVO_OdiscursodeDilmaRousseffsuasrepercussoesnapautadamiadaagendainternacionaisAN-PUH.pdf>. Acesso em 16 out. 2017
- CARMO, Marcia. **Desaceleração na Argentina reduz exportações brasileiras em 20%**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/01/130103_comercio_argentina_mc.shtml>. Acesso em 29 mar. 2018
- CASARÕES, Guilherme. **O Brasil no mundo em tempos de crise**. Gvexecutivo, V 15, N 1, jan/jun 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/61492/59677>>. Acesso em 05 nov. 2017
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)**. Rev. bras. polít. int. vol.57 no.2 Brasília July/Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000200133&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 15 out. 2017

- COUTO, Leandro Freitas. **Política externa brasileira para a América do Sul As diferenças entre Cardoso e Lula**. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/6591/6794>>. Acesso em 24 set. 2017
- CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **IBAS**. Disponível em: <<http://cnpq.br/ibas>>. Acesso em 14 out. 2017
- DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/839-Politica Externa Independente.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/839-Politica_Externa_Independente.pdf)>. Acesso em 14 out. 2017
- DECLARAÇÃO de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações. Disponível em: <<http://www.isags-unasur.org/uploads/biblioteca/1/bb%5B610%5Dling%5B1%5Dnax%5B1824%5D.pdf>>. Acesso em 14 out. 2017
- DECRETO Nº 3.209, 1999. **Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina**. Brasília, 13 de outubro de 1999; 178ª da Independência e 111ª da República
- ESTADÃO. **Repsol receberá US\$ 5 bi por estatização da YPF**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,repso-recebera-us-5-bi-por-estatizacao-da-ypf,178327e>>. Acesso em 08 abr. 2018
- FINEP. **Acordos de cooperação**. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/cooperacao-internacional-externo/acordos-de-cooperacao>>. Acesso em 13 mai. 2018
- FIORI, José Luís. **Estados Unidos, América do Sul e Brasil: seis tópicos para uma discussão**. In: DEP: Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch no. 9 (janeiro/março 2009). Brasília 2009, p. 35-44. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/al000331.pdf>>. Acesso em 15 out. 2017
- FOCEM, MERCOSU. **O que é FOCEM**. Disponível em: <<http://focem.mercosur.int/pt/o-que-e-focem/>>. Acesso em 14 out. 2017
- PCT, Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional. **Manual de Orientação**. Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. - 2ª ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2004. 48p. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/content/abc/docs/prcti_new.pdf>. Acesso em 15 mai. 2018
- GAMA, Carlos Frederico Pereira da Silva. **Conquistas e Desafios da Política Externa de Dilma Rousseff**. Carta Maior, São Paulo. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Conquistas-e-Desafios-da-Politica-Externa-de-Dilma-Rousseff/4/32244>>. Acesso em: 29 mai. 2018
- GÓMEZ, Eduardo; PEREZ, Fernanda Aguilar. **Brazilian foreign policy in health during Dilma Rousseff's administration (2011-2014)**. Lua Nova no.98 São Paulo May./Aug. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452016000200171>. Acesso em 15 out. 2017
- GOULART, Mayra. **De volta á África: Solidariedade e Estratégia na Política Externa Brasileira**. Estudos internacionais, v. 2 n. 2 jul-dez 2014 p. 271-290
- GROVE, Andrea K. **Political leadership in foreign policy. Manipulating support across borders**. 2007. Palgrave Macmillan. Chapter 1 Leadership in Foreign Policy.
- HERMANN, C. F. **When Governments Choose to Redirect Foreign Policy**. International Studies Quarterly, vol. 34, nº 1, 1990, p. 3-21.
- ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em 17 out. 2017
- ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores. **Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe - Comunicado Conjunto da Visita Oficial de Trabalho**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=5777:visita-ao-brasil-do-primeiro-ministro-do-japao>>. Acesso em 05 nov. 2017
- JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. **Análise de Política Externa Brasileira: continuidade, mudanças e rupturas no Governo Lula**. Disponível em: <http://143.107.26.205/documentos/Kjeld_Aagaard_Jakobsen.pdf>. Acesso em 05 mai. 2018
- JESUS, Diego Santos Vieira. **O Brasil no BRICS, segundo a Folha de S. Paulo e O Globo (2011-2013)**. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/download/20053/15411>>. Acesso em 17 out. 2017
- JESUS, Diego Santos Vieira. **The Benign Multipolarity: Brazilian Foreign Policy Under Dilma Rousseff**. Journal of International Relations and Foreign Policy March 2014, Vol. 2, No. 1, pp. 19-42. Disponível em: <http://jirfp.com/journals/jirfp/Vol_2_No_1_March_2014/2.pdf>. Acesso em 15 out. 2017
- JUSTO, Marcelo. **Queda das commodities sugere fim de ciclo de crescimento na América Latina**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520_commodities_queda_crescimento_america_latina_lgb>. Acesso em 05 mai. 2018
- LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001
- LAFER, Celso. **Descaminhos do Mercosul - a suspensão da participação do Paraguai e a incorporação da Venezuela: uma avaliação crítica da posição brasileira**. VOL 21 Nº 3 JAN /FEV /MAR 2013. Disponível em: <<http://www.ieci-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/03/Politica-Externa-21-03-Celso-Lafer.pdf>>. Acesso em 15 out. 2017

- LIMA, Maria Regina Soares de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. Rev. bras. polít. int. vol.48 no.1 Brasília Jan./June 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002> Acesso em 14 out. 2017
- LOPES, Dawisson Belen. **A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v.1, n.54, p.67-86, 2011.
- LULA DA SILVA, L. I. **Discurso do Senhor Presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, em Brasília**. In: LULA DA SILVA, L. I.; AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P. A Política Externa do Brasil. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003, p. 25-45.
- MAPA, Dhiego de Moura. **Política Externa e instituições democráticas no governo Lula: politização, interpretações divergentes e ensaios de opinião pública**. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES, Capa, v. 1, n. 1 (2011)
- MARIANO, Marcelo Passini. **Autonomia e desenvolvimento na política externa brasileira**. In: A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do Mercosul [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 37-65. ISBN 978-85-68334-63-8. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/2f3jk/pdf/mariano-9788568334638-03.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2017
- MENEZES, R. G. **A liderança brasileira no marco da integração sul-americana**. São Paulo. 2010. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16112010-092847/publico/2010_RobertoGoulartMenezes.pdf>. Acesso em 24 set. 2017
- MEZA, Raúl Bernal. **Pensamento internacional na era Lula**. Rev. bras. polít. int. vol.53 no.spe Brasília Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300012&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em 14 out. 2017
- MIDC, Ministério da indústria, comércio exterior e serviços. **Acordos dos quais o Brasil é Parte**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/796-negociacoes-internacionais-2>>. Acesso em 15 out. 2017
- MIDC, Ministério da indústria, comércio exterior e serviços. **Acordos de cooperação e facilitação de investimentos – ACF**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/218-negociacoes-internacionais-de-investimentos/1949-nii-acfi>>. Acesso em 05 nov. 2017
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações – a luta pelo poder e pela paz**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo Editora Universidade de Brasília Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais São Paulo, 2003. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em 13 nov. 2017
- NETO, Walter Antonio Desiderá. **O Brasil, a América do sul e a cooperação sul-sul**. In: RAMANZINI, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando. Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais / organização. - 1. ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 211-249. Disponível em: <http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/08/057_Livro.Politica.Externa.Brasileira.Cooperacao.Sul-Sul.e.Negociacoes.Internacionais_Ramanzini.Ayerbe.pdf>. Acesso em 14 out. 2017
- OECD the Economic Complexity Observatory: An Analytical Tool for Understanding the Dynamics of Economic Development. Workshops at the Twenty-Fifth AAAI Conference on Artificial Intelligence, 2018a. **What is the trade balance for Brazil to Argentina? (2003-2010)**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/line/hs92/show/bra/arg/all/2003.2010/>>. Acesso em 05 fev. 2018
- OECD the Economic Complexity Observatory: An Analytical Tool for Understanding the Dynamics of Economic Development. Workshops at the Twenty-Fifth AAAI Conference on Artificial Intelligence. 2018b. **What is the trade balance for Brazil to Argentina? (2011-2016)**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/line/hs92/show/bra/arg/all/2011.2016/>>. Acesso em 05 fev. 2018
- OECD the Economic Complexity Observatory: An Analytical Tool for Understanding the Dynamics of Economic Development. Workshops at the Twenty-Fifth AAAI Conference on Artificial Intelligence. 2018c. **What does Brazil export to Argentina? (2003-2016)**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/line/hs92/export/bra/arg/show/2003.2016/>>. Acesso em 12 fev. 2018
- OLIVEIRA, Eliane; OSWALD, Vivian; FIGUEIREDO, Janaína. **Após expropriação, Argentina pede investimentos a Petrobras**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/apos-expropriacao-argentina-pede-investimentos-petrobras-4702812>>. Acesso em 07 mai. 2018
- OLIVEIRA, Jamerson S. Albuquerque. **A adesão venezuelana e o futuro do Mercosul**. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=10466>>. Acesso em 13 nov. 2017
- PARLAMENTO DO MERCOSUL. **O Parlamento**. Disponível em: <<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/13225/2/parlasur/parlamento.html>>. Acesso em 15 out. 2017

- PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Política externa brasileira: discursos, artigos e entrevistas (janeiro a agosto de 2013)** / Antonio de Aguiar Patriota. – Brasília : FUNAG, 2013-2016. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1167-POLITICA-EXTERNA-BRASILEIRA-II_Discursos_Artigos_Entrevistas.pdf>. Acesso em 30 set. 2017
- PAULA, Luiz Fernando; PIRES, Manoel. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Estudos avançados 31 (89), 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf>> Acesso em 01 abr. 2018
- PAULA, Nilson de; LUCHT, Evelin; DAGOSTINI, Tácio. **Setor externo e economia internacional A política externa brasileira no governo Lula**. Economia & Tecnologia - Ano 02, Vol. 07 – Out./Dez. de 2006. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/7%20Capa/Nilson%20de%20Paula%20-%20Evelin%20Lucht%20-%20Tacio%20Dagostini.pdf>>. Acesso em 24 set. 2017
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. Rev.bras.polít.int. vol.51 no.2 Brasília July/Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200009>. Acesso em 13 nov. 2017
- PINHEIRO, Letícia Abreu. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- PLANALTO, Presidência da República. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas- Nova Iorque/EUA**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em 17 out. 2017
- PLANALTO, Presidência da República. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em 17 out. 2017
- PRESSE, France. G1. **Estatização da YPF na Argentina deixa Brasil em encruzilhada**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/estatizacao-da-ypf-na-argentina-deixa-brasil-em-encruzilhada.html>>. Acesso em 08 abr. 2018
- RAMANZINI, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini; ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro. **As diferentes dimensões da cooperação sul-sul na política externa brasileira** In: RAMANZINI, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando. Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais / organização. - 1. ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 13-49. Disponível em: <http://brasil-nomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/08/057_Livro.Politica.Externa.Brasileira.Cooperacao.Sul-Sul.e.Negociacoes.Internacionais_Ramanzini.Ayerbe.pdf>. Acesso em 14 out. 2017
- RAMOS, Leonardo; et al. **A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil**. Rev. bras. polít. int. vol.55 no.2 Brasília July/Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000200002>. Acesso em 19 nov. 2017
- RESENHA de Política Exterior do Brasil. a. 31, n. 94 – jan.-jul. 2004, p. 292 – 293. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N94_1Sem_2004.pdf> Acesso em 29 mar. 2018
- ROSA, Marcela Tarter. **A Política Externa Brasileira e a Multilateralidade: A Inserção Internacional do Brasil Como Membro Do Brics**. Revista UniCuritiba, v. 1, n. 19 (2014)
- ROUSSEFF, Dilma. **Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após reunião da Cúpula Extraordinária do Mercosul**. Palácio do Planalto, 31 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-reuniao-da-cupula-extraordinaria-do-mercosul>>. Acesso em 13 nov. 2017
- ROUSSEFF, Dilma. **Dilma destaca ajuste no Brasil e reforça parceria com Brics**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4127752/dilma-destaca-ajuste-no-brasil-e-reforca-parceria-com-brics>>. Acesso em 12 nov. 2017
- ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião de reunião extraordinária da Unasul**. Lima, Peru, 29 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/unasul>>. Acesso em 17 out. 2017
- SARAIVA, Miriam Gomes. **Balço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?** Relações internacionais. Dezembro: 2014, 44, p. 025-035. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n44/n44a03.pdf>>. Acesso em 15 out. 2017
- SARAIVA, Miriam Gomes. **Brazilian foreign policy towards South america during the lula administration: caught between South america and mercosur**. Rev. bras. polít. int. vol.53 no.spe Brasília Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em 14 out. 2017
- SARAIVA, Miriam Gomes. **Continuidade e mudança na política externa brasileira: As especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010**. Relações Internacionais, Lisboa, n. 37, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n37/n37a06.pdf>>. Acesso em 30 set. 2017

SARAIVA, Miriam Gomes; GOMES, Zimmer S. Bom. **Os limites da Política Externa de Dilma Rousseff para a América do Sul.** *Relaciones Internacionales* n° 50/2016, p.81-97. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/download/2677/2494/>>. Acesso em 15 out. 2017

SARAIVA, Miriam Gomes. **The Brazil-European Union strategic partnership, from Lula to Dilma Rousseff: a shift of focus.** *Rev. bras. polít. int.* vol. 60 no.1 Brasília 2017 Epub Feb 06, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292017000100208&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 out. 2017

SENADO. **Os avanços e as crises do primeiro mandato de Dilma Rousseff.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/os-avancos-e-as-criSES-do-primeiro-mandato-de-dilma-rousseff>>. Acesso em 12 nov. 2017

SILVA, André Luiz Reis. **Acomodação estratégica? As relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o governo Lula (2003-2010).** 3º Encontro Nacional ABRI 2011. Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000100020&script=sci_arttext>. Acesso em 15 out. 2017

SOARES, Thiago Elert. **DA RESPONSABILIDADE DE PROTEGER À RESPONSABILIDADE AO PROTEGER: O Brasil como Propositor Normativo no Cenário de Segurança Internacional.** Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2014/01/Monografia-Thiago-Elert.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2017

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.** *Econ. soc.* [online]. 2012, vol.21, n.spe, pp.909-941. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea09.pdf>> Acesso em 01 abr. 2018

THE ECONOMIST. **Latin America's economies. Life after the commodity boom.** Disponível em: <<https://www.economist.com/news/americas/21599782-instead-crises-past-mediocre-growth-big-risk-unless-productivity-rises-life>> Acesso em 06 mai. 2018

VIDIGAL, Carlos. **Brasil: potência cordial? A diplomacia brasileira no início do século XXI.** *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde.* Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.36-45, mar. 2010

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo. **A ideia de multilateralismo.** ed CEMACRO/FGV, 8th Economic Forum: 2011. 13p. Disponível em: <<http://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Tullo%20Vigevani%20e%20Haroldo%20Ramanzini%20J%20C3%BA%20nior%20-%20A%20ideia%20de%20multilateralismo.pdf>>. Acesso em 24 set. 2017

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo. **Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul. Uma análise considerando a posição do Brasil.** OSAL (Buenos Aires: CLACSO) 2010, N° 27, abril.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca pela autonomia de Sarney a Lula.** São Paulo. Editora UNESP, 2011.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. **“A política externa de Lula da Silva: a autonomia pela diversificação”.** *Contexto Internacional*, 29 (2), 2007.

VIZENTINI, Paulo. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula.** São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2003.

Lista de Ilustrações

Tabela 1: Atos Internacionais celebrados por governo (2003-2016)

Gráfico 1: Exportações e importações do Brasil com a Argentina (2003-2010)

Gráfico 2: Exportações e importações do Brasil com a Argentina (2011-2016)

Lista de Siglas

ALCA: Área de Livre Comércio das Américas

ASA: Cúpula América do Sul-África

ASEAN: Associação de Nações do Sudeste Asiático

ASPA: Cúpula América do Sul-Países Árabes

APE: Análise de Política Externa

BASIC: grupo formado por Brasil, África do Sul, Índia e China

BRIC: grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China

BRICS: grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CALC: Cúpula dos Países da América Latina e Caribe

CAN: Comunidade Andina de Nações

CARICOM: Comunidade do Caribe

CASA: Comunidade Sul-Americana de Nações

CELAC: Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CTI: Cooperação Técnica Internacional
CRA: Fundo Contingente de Reservas
CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA: Estados Unidos da América
FMI: Fundo Monetário Internacional
FOCEM: Fundo para a Convergência Estrutural e para o Fortalecimento Institucional do MERCOSUL
G-7: grupo formado pelas sete maiores economias mundiais
G-20: grupo formado pelas 19 maiores economias mundiais e a UE
IBAS: Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IIRSA: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
MDIC: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MRE: Ministério das Relações Exteriores
NBD: Novo Banco de Desenvolvimento
NSA: Agência Nacional de Segurança
OEA: Organização dos Estados Americanos
OMC: Organização Mundial do Comércio
ONU: Organização das Nações Unidas
PARLASUL: órgão Parlamento do bloco
PE: Política Externa
PEB: Política Externa Brasileira
PEI: Política Externa Independente
PT: Partido dos Trabalhadores
RwP: Responsabilidade ao Proteger (sigla em inglês)
RI: Relações Internacionais
SACU: União Aduaneira da África Austral
TAC: Tratado de Amizade e Cooperação
UE: União Europeia
UNASUL: União das Nações Sul-Americanas

Anexo

Anexo 1 – Cronologia adaptada do MERCOSUL durante o governo Lula (2003-2010)

DATA	DESCRIÇÃO
06/10/2003	Criação da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), localizada em Montevideú, como órgão do Conselho do Mercado Comum (CMC).
01/01/2004	Entrada em vigor do Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no MERCOSUL.
13/08/2004	Instalação do Tribunal Permanente de Revisão, em Assunção (Paraguai)
16/12/2004	Criação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).
07/12/2005	Entrada em vigor do Protocolo de Montevideú sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL.
09/12/2005	Assinatura do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL
24/05/2006	Assinado o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL
15/11/2006	Aprovação do primeiro orçamento do FOCEM.
14/12/2006	Sessão Inaugural do Parlamento do MERCOSUL.
18/01/2007	Aprovados os primeiros projetos pilotos do FOCEM.
18/01/2007	Criação do Instituto Social do MERCOSUL.
24/02/2007	Entrada em vigor do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL
07/05/2007	Sessão de instalação do Parlamento, em Montevideú.
28/06/2007	Criação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) para as transações comerciais realizadas entre os Estados Partes do MERCOSUL
15/12/2008	Criação do Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF).
15/12/2008	Aprovação do Estatuto do "Fundo MERCOSUL de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas" (Fundo Pymes).
15/12/2008	Aprovação do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU
01/06/2009	Entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia
24/07/2009	Assinatura do Memorando de Entendimento para a Promoção de Comércio e Investimentos entre o MERCOSUL e a República da Coreia.
24/07/2009	Criação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL.
07/12/2009	Criação do Fundo de Promoção de Turismo do MERCOSUL (FPTur)
23/12/2009	Entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio subscrito entre o MERCOSUL e o Estado de Israel.
02/08/2010	Aprovação de cronograma para a eliminação da dupla cobrança da TEC
02/08/2010	Aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (Decisão CMC nº 27/10).
16/12/2010	Aprovação do Acordo sobre Defesa da Concorrência do MERCOSUL
16/12/2010	Criação da placa veicular do MERCOSUL ("Patente MERCOSUR").
16/12/2010	Aprovação do Plano Estratégico de Ação Social – PEAS.
16/12/2010	Instituição da Unidade de Apoio à Participação Social – UPS.
16/12/2010	Aprovação do Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.
16/12/2010	Adoção do Programa de Consolidação da União Aduaneira do MERCOSUL (Decisão CMC Nº 56/10).
17/12/2010	Criação do cargo de Alto Representante-Geral.

Fonte: Portal MERCOSUL (<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercopol>)

Anexo 2 – Acordos Assinados em 2015 entre Brasil e EUA.

ÁREA	QTD	DESCRIÇÃO
Comercio	4	. Padronização de normas técnicas . Dar agilidade ao registro de Patentes . Acordo para promoção do crescimento da Micro, pequena e média empresa . Plano de ação para o reconhecimento mútuo do operador econômico autorizado.
Agricultura	1	. Liberação da importação de carne bovina <i>in natura</i>
Meio Ambiente	3	. Aumento em 20% das fontes renováveis na matriz energética . Desmatamento ilegal zero até 2030 no Brasil . Memorando para cooperação técnica em gestão ambiental
Educação	1	. Cooperação em ensino técnico profissionalizante.
Ciência e Tecnologia	7	. Plano de ação 201-2017 da comissão Brasil-EUA de cooperação científica e tecnológica . Ampliação de acordo para o desenvolvimento de tecnologias de luz <i>sincrotron</i> . Memorando para estímulo à inovação e à competitividade . Memorando para instalação, no Brasil, de estação terrestre ligada ao programa <i>Cosmic 2</i> . Acordo para ampliar os estudos sobre o clima espacial com participação do Brasil no programa <i>Globe</i> . Acordo para que o Brasil integre missões de estudo do Sol e dos arredores da Terra . Declaração de intenções para pesquisa conjunta em física de neutrinos
Turismo	1	. Facilitação da entrada de viajantes freqüentes do Brasil ao EUA (<i>Global entry</i>)
Defesa	2	. Acordo para a realização de treinamentos, cursos e estágios conjuntos . Acordo para a troca de informações militares sigilosas
Política Espacial	2	. Participação brasileira em pesquisas sobre helioterma e clima espacial . Participação de brasileiros em estágios em centros de pesquisa da Nasa
Previdência Social	1	. Cidadãos que trabalham no outro país terão reconhecidas duas contribuições à previdência.

Fonte: Portal Planalto

(<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/conheca-os-acordos-firmados-por-dilma-rousseff-e-barack-obama-nos-estados-unidos>)

Anexo 3 – Cronologia adaptada do MERCOSUL durante o governo Dilma (2011-2016)

DATA	DESCRIÇÃO
20/12/2011	Assinatura de Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Palestina.
20/12/2011	Assinatura do Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL (Ushuaia II).
12/08/2012	Entrada em vigor do Protocolo de Adesão da Venezuela.
06/12/2012	Implementação do Plano Estratégico de Ação Social.
07/12/2012	Assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL.
07/12/2012	Criação do Fórum Empresarial do MERCOSUL.
17/12/2014	Assinatura do Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e o Líbano.
17/12/2014	Assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a Tunísia.

Fonte: Portal MERCOSUL (<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>)

Anexo 4 – Cronologia adaptada de Visitas à Argentina durante o Governo Lula (2003-2010)

ANO	MÊS	DESCRIÇÃO
2003	Fevereiro	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, à Argentina
2003	Maio	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, para a cerimônia de posse do presidente da Argentina, Néstor Kirchner
2003	Outubro	Visita de Estado do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina
2004	Março	Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner assinam a Ata de Copacabana, No Rio de Janeiro
2007	Abril	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina
2007	Dezembro	O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da posse da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
2007	Dezembro	Adoção do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (MICBA)
2008	Fevereiro	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina
2008	Agosto	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina com comitiva empresarial
2009	Abril	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina
2010	Maio	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência daquele país
2010	Agosto	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina

Fonte: Portal Itamaraty Ministério das Relações Exteriores (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>)

Anexo 5 – Cronologia adaptada de Visitas à Argentina durante o Governo Dilma (2011-2016)

ANO	MÊS	DESCRIÇÃO
2011	Janeiro	Visita de trabalho do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, à Argentina.
2011	Janeiro	Visita da Presidenta Dilma Rousseff à Argentina – Buenos Aires.
2011	Dezembro	Visita da Presidenta Dilma Rousseff à Argentina para a cerimônia de posse da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner – Buenos Aires
2012	Outubro	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, à Argentina. Criação do "Diálogo de Integração Estratégica"
2012	Novembro	Visita da Presidenta Dilma Rousseff à Argentina – Los Cardales
2013	Abril	Visita da Presidenta Dilma Rousseff à República Argentina – Buenos Aires
2013	Setembro	Visita de trabalho do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, à Argentina.
2014	Dezembro	Viagem da presidenta Dilma Rousseff à cidade de Paraná (Argentina), por ocasião da XLVII Cúpula do Mercosul
2015	Fevereiro	Viagem do ministro Mauro Vieira a Buenos Aires
2015	Maio	Viagem do ministro Mauro Vieira e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, a Buenos Aires
2015	Julho	Reunião de trabalho entre a presidenta Dilma Rousseff e a presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
2015	Dezembro	Viagem da presidenta Dilma Rousseff a Buenos Aires por ocasião da posse do presidente da Argentina, Mauricio Macri
2016	Janeiro	Viagem do ministro Mauro Vieira a Buenos Aires

Fonte: Portal Itamaraty Ministério das Relações Exteriores (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>)

Anexo 6 – Cronologia adaptada de Visitas do Governo Argentino ao Brasil durante o Governo Lula (2003-2010)

ANO	MÊS	DESCRIÇÃO
2003	Janeiro	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Eduardo Duhalde
2003	Maio	Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores e Culto da Argentina, Rafael Bielsa
2003	Junho	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. É sua primeira viagem oficial ao exterior
2006	Janeiro	Visita de Estado do presidente da Argentina, Néstor Kirchner, ao Brasil
2006	Abril	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. Realizadas reuniões bilaterais e trilaterais com o presidente Hugo Chávez
2007	Novembro	Visita ao Brasil da presidenta eleita da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
2008	Setembro	Visita de Estado da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil
2009	Novembro	Visita de trabalho da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil

Fonte: Portal Itamaraty Ministério das Relações Exteriores (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>)

Anexo 7 – Cronologia adaptada de Visitas do Governo Argentino ao Brasil durante o Governo Dilma (2011-2016)

ANO	MÊS	DESCRIÇÃO
2011	Junho	Visita de trabalho da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil
2012	Março	Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman
2012	Maio	Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, Héctor Timerman
2013	Fevereiro	Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman
2015	Julho	Visita da presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, a Brasília, por ocasião da XLVIII Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados
2015	Agosto	Visita do ministro de Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman, a Brasília
2015	Dezembro	Visita do presidente eleito da República Argentina, Mauricio Macri, a Brasília
2016	Fevereiro	Reunião entre o ministro Mauro Vieira e o ministro da Fazenda e Finanças Públicas da Argentina, Alfonso Prat-Gay, em Brasília
2016	Fevereiro	Visita oficial da vice-presidente da República Argentina, Gabriela Michetti
2016	Abril	Visita do Ministro da Produção da Argentina, Francisco Cabrera

Fonte: Portal Itamaraty Ministério das Relações Exteriores (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>)

Anexo 8 - Governo Lula no Acordo de Complementação Econômica Nº 14 (ACE-14)

PROTOCOLOS ADICIONAIS	DESCRIÇÃO	INTERNALIZAÇÃO
Trigésimo Segundo Protocolo Adicional	Prorroga o 31º Protocolo Adicional	
Trigésimo Terceiro Protocolo Adicional	Manutenção das regras do 31º Protocolo Adicional	Decreto nº 5.716 de 09/03/2006
Trigésimo Quarto Protocolo Adicional	Estabelecimento de medidas para adaptação competitiva, integração produtiva e expansão equilibrada e dinâmica do comércio	
Trigésimo Quinto Protocolo Adicional	Substituição do “Acordo sobre a Política Automotiva Comum entre Argentina e o Brasil”	Decreto nº 5.835 de 06/07/2006
Trigésimo Sexto Protocolo Adicional	Certificação de origem para ônibus	Decreto nº 5.876 de 17/08/2006
Trigésimo Sétimo Protocolo Adicional	Prorroga vigência do 36º Protocolo Adicional	Nota Conjunta Nº 85/07 e Nº 115 de 04/07/2007
Trigésimo Oitavo Protocolo Adicional	Substituição do “Acordo sobre a Política Automotiva Comum entre Argentina e o Brasil”	Decreto nº 6.500, de 02/07/2008
Trigésimo Nono Protocolo Adicional	Prorroga o prazo de vigência para a certificação de origem de ônibus.	Decreto n.º 7.131, de 17/03/2010

Fonte: Portal Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132-acordos-dos-quais-o-brasil-e-parte/1818-acordos-brasil-argentina-ace-14>)

Anexo 9 – Governo Dilma no Acordo de Complementação Econômica Nº 14 (ACE-14)

PROTOCOLOS ADICIONAIS	DESCRIÇÃO	INTERNALIZAÇÃO
Quadragesimo Primeiro Protocolo Adicional	Prorrogar a vigência do Trigésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 14, com as modificações constantes no Quadragesimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 14, para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.	Decreto nº 8.477, de 30/06/2015

Fonte: Portal Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132-acordos-dos-quais-o-brasil-e-parte/1818-acordos-brasil-argentina-ace-14>)

Anexo 10 – Governo Lula no Acordo Básico de Cooperação Técnica

ANO	MÊS	PROJETO	DESCRIÇÃO
2010	Dezembro	Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas	Fortalecer a capacidade do ICMBio e da APN para a gestão de áreas protegidas por meio da elaboração conjunta de documentos referenciais, tais como estudos comparativos das políticas e estratégias de ambos os países e suas realidades de trabalho.

Fonte: Portal Agência Brasileira de Cooperação (<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Argentina>)

Anexo 11 – Governo Dilma no Acordo Básico de Cooperação Técnica

ANO	MÊS	PROJETO	DESCRIÇÃO
2011	Fevereiro	Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais em Áreas de Fronteira	Gerar cartas geológicas e temáticas e recursos minerais, insumos minerais para agricultura, linha de base ambiental e ordenamento territorial, capacitando pessoal das instituições envolvidas e intensificando o intercâmbio de informação entre as instituições parceiras.
2012	Abril	Apoio Técnico à Implementação de um Banco de Leite Humano na Argentina	Implementar um banco de referência nacional de leite humano na República Argentina, com um processo de transferência de tecnologia e de capacitação de profissionais com o fim de fortalecer as ações de programas de atenção à saúde materno-infantil.

Fonte: Portal Agência Brasileira de Cooperação (<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Argentina>)

Anexo 12 – Atos internacionais celebrados entre Brasil e Argentina durante o governo Lula (2003-2010)

DATA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO
11/04/2003	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Criação do Instituto Social Brasileiro-Argentino
30/07/2003	Cooperação Técnica	Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil para Implementar na Província de Buenos Aires o Sistema de Voto Eletrônico
16/10/2003	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina
16/10/2003	Cooperação Econômica	Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência
16/10/2003	Direito Penal	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre a Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos
16/10/2003	Comercio	Memorando entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Criação da Comissão de Monitoramento do Comércio entre Brasil e Argentina

16/10/2003	Vistos, Imigração e Migrações	Emenda, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina ao Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais, de 15 de fevereiro de 1996.
16/10/2003	Direito Civil	Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos
18/02/2005	Cooperação Técnica	Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, para Implementação do Sistema de Voto Eletrônico na Província de Buenos Aires
22/08/2005	Cooperação: Saúde	Protocolo de Intenções entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde e Ambiente da República Argentina sobre Cooperação da Área da Saúde sobre Medicamentos.
30/11/2005	Cooperação: Energia Nuclear	Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina.
30/11/2005	Cooperação: Energia Nuclear	Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos nas Áreas Normativa e de Regulação Nuclear
30/11/2005	Cooperação: Energia Nuclear	Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos em Matéria de Reatores, Combustíveis Nucleares, Abastecimento de Radioisótopos e Radiofármacos, e de Gestão de Resíduos Radiativos
30/11/2005	Cooperação Científica e Tecnológica	Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação sobre Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente
30/11/2005	Comercio	Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil
30/11/2005	Fronteiras e Soberania territorial	Acordo, por troca de notas, entre o Brasil e a Argentina para bilateralização do Acordo sobre Residência para Nacionais do Mercosul e o seu Anexo
30/11/2005	Vistos, Imigração e Migrações	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas
30/11/2005	Vistos, Imigração e Migrações	Protocolo para o Estabelecimento de um Grupo de Alto Nível para a Implementação da Livre Circulação de Pessoas entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.
30/11/2005	Fronteiras e Soberania territorial	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas
30/11/2005	Defesa e Assuntos Militares	Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.
30/11/2005	Obras publicas	Regulamento da Comissão Binacional Brasil-Argentina para a viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.
30/11/2005	Cooperação Científica e Tecnológica	Protocolo de Estabelecimento do Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN) entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.
30/11/2005	Cooperação Científica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para a Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Produção de Insumos, de Medicamentos e de Recursos para Diagnóstico.
30/11/2005	Agricultura	Programa de Trabalho entre a Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca e Alimentos da República Argentina e o Ministério da Agricultura, Pecuária

		e Abastecimento da República Federativa do Brasil para a Determinação da Equivalência dos Sistemas de Controle Sanitário e Fitossanitários
09/12/2005	Energia	Memorando de Entendimento sobre Interconexão Gasífera entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil, o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela e o Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina
23/05/2006	Cooperação Técnica	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em prol do Haiti
19/07/2006	Cooperação Educacional e Esportiva	Protocolo entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina para a Criação do Mecanismo Permanente Conjunto em Temas Educacionais
30/11/2006	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Implementação do Projeto "Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti"
16/05/2007	Comércio	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina em Matéria de Isenção Recíproca do Pagamento de certas Contribuições Sociais para Empresas de Transporte
07/12/2007	Comissão Mista	Protocolo Adicional ao Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limitrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Constituição de uma Comissão Técnica Mista
21/02/2008	Cooperação técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Apoio Técnico à Implementação de um Banco de Leite Humano na Argentina
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais em Áreas de Fronteira
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Desenvolvimento de Capacidades na Área de Gestão de Recursos Hídricos
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Intercâmbio de Metodologias para Sistemas de Informação de Água Subterrânea
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Apoio Técnico à Implementação de um Banco de Leite Humano na Argentina
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Transferência de Cultivos e Técnicas para o Melhoramento de Batatas
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Interoperabilidade do Governo Eletrônico
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Negociação Coletiva: Gestão e Sistematização de Informações
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Educação a Distância – Programa Livre
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas.

21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Fortalecimento a Inspeção do Trabalho Portuário e em Vias Aquáticas
08/09/2008	Bancos	Convênio do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre o Brasil e a Argentina
08/09/2008	Declaração Conjunta	Declaração do Ministro de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e do Ministro de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina.
08/09/2008	Declaração Conjunta	Declaração conjunta visita de Estado ao Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernandez de Kirchner
08/09/2008	Energia	Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Convênio de Cooperação entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Empreendimentos Energéticos S.A (EBISA)
23/04/2009	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta - Visita de Trabalho à República Argentina do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva
18/11/2009	Vistos, Imigração e Migrações	Acordo de Facilitação Turística entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina
18/11/2009	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Controle da Dengue"
18/11/2009	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta - Visita de Trabalho à República Federativa do Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
18/11/2009	Energia	Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Convênio de Cooperação entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Empreendimentos
03/08/2010	Declaração Conjunta	Declaração de San Juan. Reunião de Trabalho entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
03/08/2010	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Malvinas
03/08/2010	Cooperação: Energia Nuclear	Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Cooperação Nuclear

Fonte: Portal Concórdia Atos Internacionais

(<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?TituloAcordo=argentina&DtCelebracaoInicial=01-2F01-2F2003&Pagina=1>)

Anexo 13 – Atos internacionais celebrados entre Brasil e Argentina durante o governo Dilma (2011-2016)

DATA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO
31/01/2011	Obras públicas	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina.
31/01/2011	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta - Visita oficial da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, à Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
31/01/2011	Cooperação Científica e Tecnológica	Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Fazer Avançar a Cooperação Bilateral na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga (2011 - 2015)
31/01/2011	Obras públicas	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Cooperação em Planejamento Urbano e Habitação
31/01/2011	Energia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis
31/01/2011	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Fortalecimento das Farmacopeias do Brasil e da Argentina e de seus Laboratórios Nacionais de Controle para a Criação de uma Farmacopeia Regional."
31/01/2011	Comércio	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Promoção Comercial Conjunta
31/01/2011	Fronteiras e Soberania territorial	Protocolo Adicional ao Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina
22/11/2012	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas - Fase II."
22/11/2012	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional de Serviços Públicos do Trabalho"
22/11/2012	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional na Área de Inspeção do Trabalho"
22/11/2012	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Implementação de uma Metodologia em SIG para a Cartografia Geológica e Temática ao Milionésimo e sua Aplicação no Projeto SIG América do Sul 1:1 M"
22/11/2012	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Desenvolvimento de Capacidades na Área de Gestão de Recursos Hídricos – Fase II"